

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	11
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	19
Demonstração do Fluxo de Caixa	20

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	22
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	23

Demonstração do Valor Adicionado	24
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	25
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	94
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	98
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	99
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	100

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	197.461
Preferenciais	183.792
Total	381.253
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	08/05/2015	Dividendo	25/05/2015	Ordinária		0,30633
Reunião do Conselho de Administração	08/05/2015	Dividendo	25/05/2015	Preferencial		0,33696
Reunião do Conselho de Administração	07/08/2015	Dividendo	25/09/2015	Ordinária		0,33743
Reunião do Conselho de Administração	07/08/2015	Dividendo	25/09/2015	Preferencial		0,37117

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	4.193.694	4.250.443
1.01	Ativo Circulante	866.639	937.027
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	498	528
1.01.02	Aplicações Financeiras	421.248	500.056
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	421.248	500.056
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	421.248	500.056
1.01.03	Contas a Receber	288.184	330.116
1.01.03.01	Clientes	20.790	34.088
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	20.790	34.088
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	267.394	296.028
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	267.394	296.028
1.01.06	Tributos a Recuperar	151.229	75.036
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	151.229	75.036
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	69.634	10.745
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	81.595	64.291
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.529	2.227
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.951	29.064
1.01.08.03	Outros	2.951	29.064
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	1.341	626
1.01.08.03.03	Outros Créditos	1.610	28.438
1.02	Ativo Não Circulante	3.327.055	3.313.416
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	124.218	84.734
1.02.01.03	Contas a Receber	13.075	0
1.02.01.03.01	Clientes	13.075	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	111.143	84.734
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	36.933	4.040
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	789	791
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	73.369	79.852
1.02.01.09.09	Outros Créditos	52	51
1.02.02	Investimentos	823	3.865
1.02.02.01	Participações Societárias	823	3.865
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	823	3.865
1.02.03	Imobilizado	3.129.191	3.145.769
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.882.037	2.912.035
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	839	571
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	246.315	233.163
1.02.04	Intangível	72.823	79.048
1.02.04.01	Intangíveis	72.823	79.048
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	38.344	40.353
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	34.479	38.695

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	4.193.694	4.250.443
2.01	Passivo Circulante	1.219.958	1.516.869
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.019	1.019
2.01.02	Fornecedores	296.638	486.069
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	296.638	486.069
2.01.03	Obrigações Fiscais	284.395	152.953
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	283.754	152.466
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	274.148	143.294
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	9.606	9.172
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	464	192
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	177	295
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	581.646	826.576
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	554.095	501.019
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	554.095	501.019
2.01.04.02	Debêntures	27.220	325.309
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	331	248
2.01.05	Outras Obrigações	42.625	34.281
2.01.05.02	Outros	42.625	34.281
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.098	2.119
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	18.888	16.552
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento	12.817	8.171
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	8.822	7.439
2.01.06	Provisões	13.635	15.971
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.274	8.746
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	5.274	8.746
2.01.06.02	Outras Provisões	8.361	7.225
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	8.361	7.225
2.02	Passivo Não Circulante	1.372.604	1.369.086
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	797.131	796.443
2.02.01.02	Debêntures	796.583	796.084
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	548	359
2.02.02	Outras Obrigações	12.289	9.750
2.02.02.02	Outros	12.289	9.750
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	265	0
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento	8.414	9.458
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	198	186
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	3.412	106
2.02.03	Tributos Diferidos	485.871	509.718
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	485.871	509.718
2.02.04	Provisões	77.313	53.175
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	75.446	50.876
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	75.446	50.876
2.02.04.02	Outras Provisões	1.867	2.299
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	1.867	2.299
2.03	Patrimônio Líquido	1.601.132	1.364.488
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.02	Reservas de Capital	254.271	254.172
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.907	1.808
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	17.613	17.613
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	201.167	-82.927
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	936.237	983.786
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	2.230	2.230

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	631.968	1.988.930	803.979	2.318.213
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-336.132	-1.114.570	-914.764	-1.485.331
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-201.707	-736.389	-795.615	-1.117.938
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-29.780	-84.757	-26.329	-73.205
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.538	-4.616	-1.251	-3.753
3.02.05	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-11.247	-30.004	-5.321	-30.924
3.02.07	Pessoal e Administradores	-22.355	-59.812	-19.541	-56.299
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-619	-1.833	-598	-1.783
3.02.09	Serviços de Terceiros	-19.522	-50.218	-18.187	-62.886
3.02.10	Material	-2.159	-4.866	-1.164	-3.821
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros	-548	-1.607	-1.290	-2.720
3.02.16	Depreciação e Amortização	-41.668	-126.715	-41.076	-122.013
3.02.17	Outras Receitas e Custos	-4.989	-13.753	-4.392	-9.989
3.03	Resultado Bruto	295.836	874.360	-110.785	832.882
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	7	-3.042	-2	-48
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	7	-3.042	-2	-48
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	295.843	871.318	-110.787	832.834
3.06	Resultado Financeiro	-42.200	-120.768	-15.807	-36.500
3.06.01	Receitas Financeiras	14.893	31.053	15.718	39.525
3.06.02	Despesas Financeiras	-57.093	-151.821	-31.525	-76.025
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-45.566	-134.360	-28.259	-75.567
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-11.527	-17.461	-3.266	-458
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	253.643	750.550	-126.594	796.334
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-86.230	-256.736	42.970	-270.849
3.08.01	Corrente	-92.913	-274.100	36.836	-287.346
3.08.02	Diferido	6.683	17.364	6.134	16.497
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	167.413	493.814	-83.624	525.485
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	167.413	493.814	-83.624	525.485

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,41892	1,23567	-0,20925	1,31492
3.99.01.02	PN	0,46081	1,35924	-0,23018	1,44641
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,40151	1,18433	-0,20254	1,27277
3.99.02.02	PN	0,44166	1,30276	-0,22280	1,40004

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	167.413	493.814	-83.624	525.485
4.03	Resultado Abrangente do Período	167.413	493.814	-83.624	525.485

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	606.247	836.546
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	749.845	706.951
6.01.01.01	Lucro líquido do período	493.814	525.485
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	126.715	122.013
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público	2.009	2.009
6.01.01.05	Variações Monetárias e Cambiais	21.847	626
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Processos Judiciais e Outros	2.051	2.720
6.01.01.08	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	144.037	95.614
6.01.01.10	Fundo de Pensão - Deliberação CVM 695	1.318	1.286
6.01.01.11	Receita Aplicação Financeira em Investimento Curto Prazo	-26.914	-26.199
6.01.01.12	Baixa de Bens do Ativo	131	0
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-17.364	-16.497
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	99	63
6.01.01.17	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.042	48
6.01.01.18	Ganho na Alienação de Bens do Ativo Imobilizado	-940	-217
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	144.604	654.456
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	223	13.820
6.01.02.02	Contas a Pagar a Partes Relacionadas	0	26
6.01.02.03	Contas a Receber de Partes Relacionadas	28.634	-62.860
6.01.02.04	Serviços Prestados e Devedores Diversos	0	-928
6.01.02.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-1.167	-70.671
6.01.02.06	Outros Tributos Compensáveis	-17.302	-1.938
6.01.02.07	Despesas Pagas Antecipadamente	-302	-2.076
6.01.02.08	Devedores Diversos	-715	0
6.01.02.09	Outros Créditos	26.826	-42
6.01.02.10	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	-162
6.01.02.11	Fornecedores	-189.430	405.155
6.01.02.12	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	274.346	348.988
6.01.02.13	Outros Tributos a Pagar	588	3.866
6.01.02.14	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	15.616	29.589
6.01.02.15	Obrigações Estimadas	2.348	1.625
6.01.02.16	Pesquisa e Desenvolvimento	2.089	6.038
6.01.02.17	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-786	-2.081
6.01.02.18	Outras Obrigações	4.689	-6.010
6.01.02.19	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-1.053	-753
6.01.02.20	Adiantamento de Juros de Debêntures	0	-7.130
6.01.03	Outros	-288.202	-524.861
6.01.03.01	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-88.424	-75.577
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-199.778	-449.284
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-48.677	-28.907
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-105.592	-141.488
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-1.761.266	-1.737.711
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	1.849.932	1.848.525
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-32.691	1.550

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.02.07	Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado	940	217
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-557.600	-892.925
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	0	300.000
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-257.290	-888.502
6.03.03	Imposto de Renda sobre Juros Sobre Capital Próprio	0	-3.107
6.03.04	Pagamento de Empréstimos	-300.060	-299.969
6.03.05	Custo de Empréstimos	0	-1.149
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-250	-198
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-30	-85.286
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	528	108.409
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	498	23.123

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	254.172	0	-82.927	986.016	1.364.488
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	254.172	0	-82.927	986.016	1.364.488
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	99	0	-257.269	0	-257.170
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	99	0	0	0	99
5.04.09	Dividendos Intercalares	0	0	0	-257.269	0	-257.269
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	493.814	0	493.814
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	493.814	0	493.814
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	47.549	-47.549	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	72.044	-72.044	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-24.495	24.495	0
5.07	Saldos Finais	207.227	254.271	0	201.167	938.467	1.601.132

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	207.227	254.083	267.540	0	1.054.959	1.783.809
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	254.083	267.540	0	1.054.959	1.783.809
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	63	-226.095	-643.789	0	-869.821
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	63	0	0	0	63
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-226.095	0	0	-226.095
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-643.789	0	-643.789
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	525.485	0	525.485
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	525.485	0	525.485
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	52.029	-52.029	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	78.833	-78.833	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-26.804	26.804	0
5.07	Saldos Finais	207.227	254.146	41.445	-66.275	1.002.930	1.439.473

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	2.107.518	2.484.447
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.107.263	2.483.215
7.01.02	Outras Receitas	255	1.232
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-941.223	-1.319.308
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-871.757	-1.240.709
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-55.084	-66.707
7.02.04	Outros	-14.382	-11.892
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-14.382	-11.892
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.166.295	1.165.139
7.04	Retenções	-126.715	-122.013
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-126.715	-122.013
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.039.580	1.043.126
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	28.011	39.477
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.042	-48
7.06.02	Receitas Financeiras	31.053	39.525
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.067.591	1.082.603
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.067.591	1.082.603
7.08.01	Pessoal	51.717	48.672
7.08.01.01	Remuneração Direta	47.303	44.490
7.08.01.02	Benefícios	1.833	1.783
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.581	2.399
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	369.405	431.655
7.08.02.01	Federais	367.607	430.244
7.08.02.02	Estaduais	1.786	1.396
7.08.02.03	Municipais	12	15
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	152.655	76.791
7.08.03.01	Juros	151.821	76.025
7.08.03.02	Aluguéis	834	766
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	493.814	525.485
7.08.04.02	Dividendos	257.269	643.789
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	236.545	-118.304

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	4.193.702	4.250.450
1.01	Ativo Circulante	867.469	937.899
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	498	533
1.01.02	Aplicações Financeiras	422.037	500.891
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	422.037	500.891
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	422.037	500.891
1.01.03	Contas a Receber	288.184	330.116
1.01.03.01	Clientes	20.790	34.088
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	20.790	34.088
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	267.394	296.028
1.01.03.02.01	Contas a Receber de Partes Relacionadas	267.394	296.028
1.01.06	Tributos a Recuperar	151.271	75.065
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	151.271	75.065
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	69.676	10.774
1.01.06.01.02	Outros Tributos Compensáveis	81.595	64.291
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.529	2.231
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.950	29.063
1.01.08.03	Outros	2.950	29.063
1.01.08.03.02	Devedores Diversos	1.341	626
1.01.08.03.03	Outros Créditos	1.609	28.437
1.02	Ativo Não Circulante	3.326.233	3.312.551
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	124.219	84.734
1.02.01.03	Contas a Receber	13.075	0
1.02.01.03.01	Clientes	13.075	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	111.144	84.734
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	36.934	4.040
1.02.01.09.06	Outros Tributos Compensáveis	789	791
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	73.369	79.852
1.02.01.09.09	Outros Créditos	52	51
1.02.03	Imobilizado	3.129.191	3.148.769
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.882.037	2.912.035
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	839	571
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	246.315	236.163
1.02.04	Intangível	72.823	79.048
1.02.04.01	Intangíveis	72.823	79.048
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	38.344	40.353
1.02.04.01.03	Outros Intangíveis	34.479	38.695

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	4.193.702	4.250.450
2.01	Passivo Circulante	1.219.965	1.516.876
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.019	1.019
2.01.02	Fornecedores	296.645	486.074
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	296.645	486.074
2.01.03	Obrigações Fiscais	284.395	152.955
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	283.754	152.468
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	274.148	143.294
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	9.606	9.174
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	464	192
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	177	295
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	581.646	826.576
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	554.095	501.019
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	554.095	501.019
2.01.04.02	Debêntures	27.220	325.309
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	331	248
2.01.05	Outras Obrigações	42.625	34.281
2.01.05.02	Outros	42.625	34.281
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.098	2.119
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	18.888	16.552
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento	12.817	8.171
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	8.822	7.439
2.01.06	Provisões	13.635	15.971
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	5.274	8.746
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	5.274	8.746
2.01.06.02	Outras Provisões	8.361	7.225
2.01.06.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	8.361	7.225
2.02	Passivo Não Circulante	1.372.605	1.369.086
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	797.131	796.443
2.02.01.02	Debêntures	796.583	796.084
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	548	359
2.02.02	Outras Obrigações	12.289	9.750
2.02.02.02	Outros	12.289	9.750
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	265	0
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento	8.414	9.458
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	198	186
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	3.412	106
2.02.03	Tributos Diferidos	485.871	509.718
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	485.871	509.718
2.02.04	Provisões	77.314	53.175
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	75.447	50.876
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	75.447	50.876
2.02.04.02	Outras Provisões	1.867	2.299
2.02.04.02.04	Provisões para Passivos Ambientais	1.867	2.299
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.601.132	1.364.488
2.03.01	Capital Social Realizado	207.227	207.227

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.02	Reservas de Capital	254.271	254.172
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.547	232.547
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.907	1.808
2.03.02.07	Remuneração das Imobilizações em Curso	17.613	17.613
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	2.204	2.204
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	201.167	-82.927
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	936.237	983.786
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	2.230	2.230

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	631.968	1.988.930	803.979	2.318.213
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-336.153	-1.117.688	-914.789	-1.485.443
3.02.01	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-201.707	-736.389	-795.615	-1.117.938
3.02.03	Encargos do Uso do Sistema de Transmissão e Conexão	-29.780	-84.757	-26.329	-73.205
3.02.04	Taxa de Fiscalização	-1.538	-4.616	-1.251	-3.753
3.02.05	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-11.247	-30.004	-5.321	-30.924
3.02.07	Pessoal e Administradores	-22.355	-59.812	-19.541	-56.299
3.02.08	Entidade de Previdência Privada	-619	-1.833	-598	-1.783
3.02.09	Serviços de Terceiros	-19.542	-50.309	-18.210	-62.963
3.02.10	Material	-2.159	-4.866	-1.164	-3.821
3.02.13	Provisão para Processos Judiciais e Outros	-548	-1.607	-1.290	-2.720
3.02.14	Provisão para Redução ao Provável Valor de Recuperação dos Ativos	0	-3.000	0	0
3.02.16	Depreciação e Amortização	-41.668	-126.715	-41.076	-122.013
3.02.17	Outras Receitas e Custos	-4.990	-13.780	-4.394	-10.024
3.03	Resultado Bruto	295.815	871.242	-110.810	832.770
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	295.815	871.242	-110.810	832.770
3.06	Resultado Financeiro	-42.172	-120.692	-15.784	-36.436
3.06.01	Receitas Financeiras	14.921	31.129	15.741	39.589
3.06.02	Despesas Financeiras	-57.093	-151.821	-31.525	-76.025
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-45.566	-134.360	-28.259	-75.567
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	-11.527	-17.461	-3.266	-458
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	253.643	750.550	-126.594	796.334
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-86.230	-256.736	42.970	-270.849
3.08.01	Corrente	-92.913	-274.100	36.836	-287.346
3.08.02	Diferido	6.683	17.364	6.134	16.497
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	167.413	493.814	-83.624	525.485
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	167.413	493.814	-83.624	525.485
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	167.413	493.814	-83.624	525.485

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,41892	1,23567	-0,20925	1,31492
3.99.01.02	PN	0,46081	1,35924	-0,23018	1,44641
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,40151	1,18433	-0,20254	1,27277
3.99.02.02	PN	0,44166	1,30276	-0,22280	1,40004

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	167.413	493.814	-83.624	525.485
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	167.413	493.814	-83.624	525.485
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	167.413	493.814	-83.624	525.485

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	606.143	836.500
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	749.727	706.839
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	493.814	525.485
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	126.715	122.013
6.01.01.04	Amortização do Uso do Bem Público	2.009	2.009
6.01.01.05	Variações Monetárias	21.847	626
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para Processos Judiciais e Outros	2.051	2.720
6.01.01.08	Custo de Empréstimos (Encargos de Dívidas)	144.037	95.614
6.01.01.10	Fundo de Pensão - Deliberação CVM 695	1.318	1.286
6.01.01.11	Receita Aplicação Financeira em Investimento Curto Prazo	-26.990	-26.263
6.01.01.12	Baixa de Bens do Ativo	131	0
6.01.01.14	Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-17.364	-16.497
6.01.01.15	Ações e Opções de Ações Outorgadas	99	63
6.01.01.18	Ganho na Alienação de Bens do Ativo Imobilizado	-940	-217
6.01.01.19	Provisão para redução ao provável valor de recuperação dos ativos	3.000	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	144.618	654.522
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	223	13.820
6.01.02.02	Serviços Prestados e Devedores Diversos	0	-924
6.01.02.03	Contas a Receber de Partes Relacionadas	28.634	-62.860
6.01.02.04	Contas a Pagar a Partes Relacionadas	0	26
6.01.02.05	Adiantamento de Juros de Debêntures	0	-7.130
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Compensáveis	-1.170	-70.679
6.01.02.07	Outros Tributos Compensáveis	-17.302	-1.938
6.01.02.08	Devedores Diversos	-715	0
6.01.02.09	Outros Créditos	26.825	-42
6.01.02.10	Despesas Pagas Antecipadamente	-298	-2.076
6.01.02.11	Fornecedores	-189.428	405.162
6.01.02.12	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	-162
6.01.02.13	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	274.346	348.983
6.01.02.14	Outros Tributos a Pagar	586	3.866
6.01.02.15	Juros Resgatados de Investimentos de Curto Prazo	15.630	29.659
6.01.02.16	Obrigações Estimadas	2.348	1.625
6.01.02.17	Pesquisa e Desenvolvimento	2.089	6.038
6.01.02.18	Pagamento de Processos Judiciais e Outros	-786	-2.081
6.01.02.19	Outras Obrigações	4.689	-6.012
6.01.02.20	Pagamento de Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-1.053	-753
6.01.03	Outros	-288.202	-524.861
6.01.03.01	Juros Pagos (Encargos de Dívidas)	-88.424	-75.577
6.01.03.02	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-199.778	-449.284
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-48.578	-28.868
6.02.01	Aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível	-105.592	-141.488
6.02.03	Aplicações em Investimento de Curto Prazo	-1.761.266	-1.738.661
6.02.04	Resgates de Investimento de Curto Prazo	1.850.031	1.849.514

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.02.05	Aplicações/Resgates de Cauções e Depósitos Vinculados	-32.691	1.550
6.02.07	Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado	940	217
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-557.600	-892.925
6.03.01	Ingressos de Novos Empréstimos e Debêntures	0	300.000
6.03.02	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-257.290	-888.502
6.03.03	Imposto de Renda sobre Juros Sobre Capital Próprio	0	-3.107
6.03.04	Pagamento de Empréstimos	-300.060	-299.969
6.03.05	Custo de Empréstimos	0	-1.149
6.03.06	Pagamento de Obrigações por Arrendamento Financeiro	-250	-198
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-35	-85.293
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	533	108.420
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	498	23.127

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	207.227	254.172	0	-82.927	986.016	1.364.488	0	1.364.488
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	254.172	0	-82.927	986.016	1.364.488	0	1.364.488
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	99	0	-257.269	0	-257.170	0	-257.170
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	99	0	0	0	99	0	99
5.04.09	Dividendos Intercalares	0	0	0	-257.269	0	-257.269	0	-257.269
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	493.814	0	493.814	0	493.814
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	0	493.814	0	493.814
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	47.549	-47.549	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	72.044	-72.044	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-24.495	24.495	0	0	0
5.07	Saldos Finais	207.227	254.271	0	201.167	938.467	1.601.132	0	1.601.132

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	207.227	254.083	267.540	0	1.054.959	1.783.809	0	1.783.809
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	207.227	254.083	267.540	0	1.054.959	1.783.809	0	1.783.809
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	63	-226.095	-643.789	0	-869.821	0	-869.821
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	63	0	0	0	63	0	63
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0	-643.789
5.04.08	Pagamento de Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-226.095	0	0	-226.095	0	-226.095
5.04.09	Dividendos Intermediários	0	0	0	-643.789	0	-643.789	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	525.485	0	525.485	0	525.485
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	525.485	0	525.485	0	525.485
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	52.029	-52.029	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	78.833	-78.833	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-26.804	26.804	0	0	0
5.07	Saldos Finais	207.227	254.146	41.445	-66.275	1.002.930	1.439.473	0	1.439.473

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	2.107.518	2.484.447
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.107.263	2.483.215
7.01.02	Outras Receitas	255	1.232
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-944.340	-1.319.410
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-871.757	-1.240.709
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-55.175	-66.784
7.02.04	Outros	-17.408	-11.917
7.02.04.01	Outros Custos Operacionais	-17.408	-11.917
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.163.178	1.165.037
7.04	Retenções	-126.715	-122.013
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-126.715	-122.013
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.036.463	1.043.024
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.129	39.589
7.06.02	Receitas Financeiras	31.129	39.589
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.067.592	1.082.613
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.067.592	1.082.613
7.08.01	Pessoal	51.717	48.672
7.08.01.01	Remuneração Direta	47.303	44.490
7.08.01.02	Benefícios	1.833	1.783
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.581	2.399
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	369.404	431.655
7.08.02.01	Federais	367.608	430.244
7.08.02.02	Estaduais	1.784	1.396
7.08.02.03	Municipais	12	15
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	152.657	76.801
7.08.03.01	Juros	151.821	76.025
7.08.03.02	Aluguéis	836	776
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	493.814	525.485
7.08.04.02	Dividendos	257.269	643.789
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	236.545	-118.304

Comentário do Desempenho



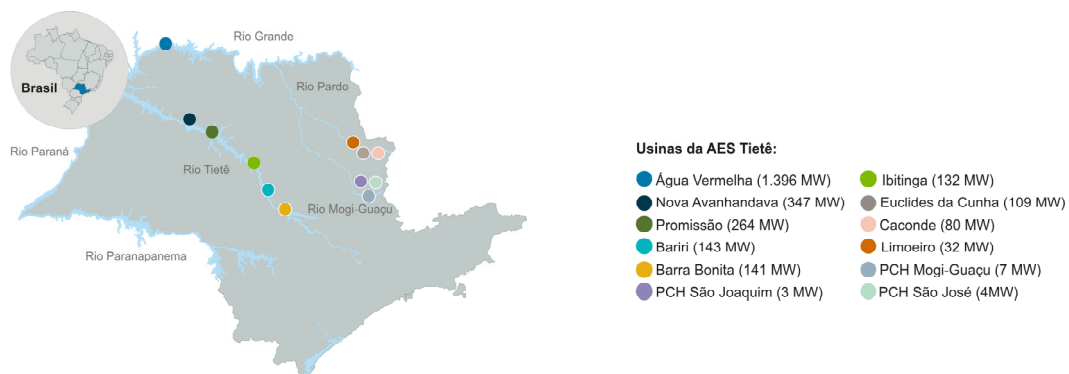
1 Perfil

A AES Tietê, uma das geradoras do grupo AES Brasil, é uma Companhia de capital aberto com ações listadas na BM&FBovespa e está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público, na produção e comercialização de energia elétrica e na condição de produtor independente de energia.

A Companhia tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

A Companhia é uma das mais eficientes geradoras de energia elétrica do Brasil, com um parque gerador composto por 12 hidrelétricas, capacidade instalada de 2.658 MW e garantia física de 1.278 MW médios.

As hidrelétricas apresentadas na figura abaixo integram a Companhia. O complexo envolve nove usinas hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas (PCH’s), localizadas nos rios Tietê, Grande, Pardo e Mogi-Guaçu, nas regiões Central e Noroeste do Estado de São Paulo.

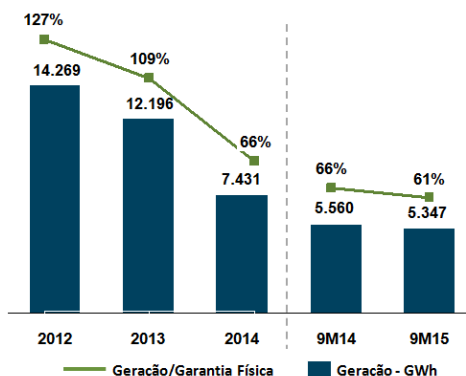


2 Energia gerada

No 9M15, as usinas da Companhia geraram 5.347 GWh de energia, volume 3,8% inferior ao 9M14. A variação é consequência da redução do nível médio de armazenamento dos reservatórios, impactado pelas baixas afluências registradas no 9M15, que resultou na decisão do ONS de reduzir o despacho das hidroelétricas no submercado Sudeste/Centro-oeste durante o 9M15, visando a recuperação dos níveis dos reservatórios, fato explicado pelo período atipicamente seco.

Comentário do Desempenho

Energia gerada – GWh



3 Energia faturada

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, a energia faturada pela Companhia apresentou redução de 3,0% em comparação ao 9M14. As variações são detalhadas a seguir:

Energia faturada - GWh	9M15	9M14	Var. GWh	Var. %
Energia Faturada	10.671	10.998	(327)	-3,0%
Contrato Bilateral AES Eletropaulo	8.309	7.889	420	5,3%
CCEE	979	1.555	(576)	-37,0%
Mercado de Curto Prazo	583	1.366	(783)	-57,3%
MRE	396	189	207	109,5%
Outros Contratos Bilaterais	1.383	1.554	(171)	-11,0%

A quantidade de energia faturada para a AES Eletropaulo no 9M15 totalizou 8.309 GWh, representando um aumento de 5,3% em relação ao 9M14. Essa variação é justificada pelo perfil de sazonalização *flat* para o ano de 2015.

O volume de energia faturada por meio da CCEE no 9M15 reduziu 37,0%, fato explicado pelo menor volume de venda no mercado de curto prazo (*SPOT*), principalmente em função da hidrologia desfavorável e da redução do despacho das usinas da Companhia.

Comentário do Desempenho

4 Desempenho econômico-financeiro

	9M15	9M14	Var. R\$	Var. %
Contrato bilateral Eletropaulo	1.745.524	1.569.657	175.867	11,2%
Outros contratos bilaterais	160.590	175.717	(15.127)	-8,6%
CCEE	201.149	737.841	(536.692)	-72,7%
MRE	6.150	3.538	2.612	73,8%
SPOT	183.875	723.786	(539.911)	-74,6%
Outros	11.124	10.517	607	5,8%
Outras receitas	255	1.232	(977)	-79,3%
Receita operacional bruta	2.107.518	2.484.447	(376.929)	-15,2%
Deduções da receita operacional bruta	(118.588)	(166.234)	47.646	-28,7%
Receita operacional líquida	1.988.930	2.318.213	(329.283)	-14,2%
Custos e despesas operacionais	(1.117.688)	(1.485.443)	367.755	-24,8%
Resultado do serviço	871.242	832.770	38.472	4,6%
Resultado financeiro	(120.692)	(36.436)	(84.256)	231,2%
Imposto de renda e contribuição social	(256.736)	(270.849)	14.113	-5,2%
Lucro líquido do período	493.814	525.485	(31.671)	-6,0%

Em milhares de reais - Consolidado

4.1 Receita operacional líquida

A receita operacional líquida no 9M15 apresentou uma redução de R\$329.283 ou 14,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos seguintes fatores:

- Menor volume de energia vendida no mercado *SPOT* (583 GWh no 9M15 ante 1.366 GWh no 9M14), somado ao menor preço dessa energia no submercado SE/CO (R\$324,39/MWh no 9M15 ante R\$676,16/MWh no 9M14), representando uma redução nesta receita de R\$539.911;
- Redução de outros contratos bilaterais no montante de R\$15.127 (1.383 GWh no 9M15 ante 1.554 GWh no 9M14), compensado parcialmente pela;
- Maior receita com energia vendida através do contrato bilateral com a AES Eletropaulo, representando um aumento de R\$175.867 ou 420 GWh, somado ao reajuste no preço médio praticado no período, que passou de R\$198,96/MWh no 9M14 para R\$210,07/MWh no 9M15;
- Redução nas despesas de Pis e Cofins, Pesquisa e Desenvolvimento e ICMS, no montante de R\$47.646, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido à redução da receita operacional bruta, conforme descrito acima.

Comentário do Desempenho

4.2 Custos e despesas operacionais

	9M15	9M14	Var. R\$	Var. %
Custo com energia elétrica	(855.766)	(1.225.820)	370.054	-30,2%
Energia elétrica comprada para revenda	(736.389)	(1.117.938)	381.549	-34,1%
Encargos do uso do sistema de transmissão e conexão	(84.757)	(73.205)	(11.552)	15,8%
Taxa de fiscalização	(4.616)	(3.753)	(863)	23,0%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(30.004)	(30.924)	920	-3,0%
Custo de operação	(261.922)	(259.623)	(2.299)	0,9%
Pessoal e administradores	(59.812)	(56.299)	(3.513)	6,2%
Material e serviços de terceiros	(55.175)	(66.784)	11.609	-17,4%
Entidade de previdência privada	(1.833)	(1.783)	(50)	2,8%
Depreciação e amortização	(126.715)	(122.013)	(4.702)	3,9%
Outros	(18.387)	(12.744)	(5.643)	44,3%
Total dos custos e despesas operacionais	(1.117.688)	(1.485.443)	367.755	-24,8%

Em milhares de reais - Consolidado

4.2.1 Custo com energia elétrica

Os custos com energia elétrica no 9M15 apresentaram uma redução de R\$370.054 ou 30,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos seguintes fatores:

- Redução de R\$381.549 nos custos com energia comprada para revenda. Esse resultado é influenciado, principalmente pelo menor PLD médio no submercado SE/CO (R\$ 324,39 / MWh no 9M15 ante R\$ 676,16 / MWh no 9M14), compensado pelo maior volume de energia comprada no mercado de curto prazo (1.859 GWh no 9M15 ante 1.627 GWh no 9M14), associada a sazonalização da garantia física adotada pela Companhia e o rebaixamento médio no MRE verificado no 9M15 (18,2%) ante o rebaixamento verificado no 9M14 (8,3%), parcialmente compensado pelas;
- Despesas com encargos do uso do sistema de transmissão e conexão, que tiveram aumento de R\$11.552 ou 15,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do reajuste da tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST-rb) dos contratos de conexão das usinas hidrelétricas (TUSDg) da Companhia.

4.2.2 Custo de operação

No 9M15, os custos de operação apresentaram um aumento de R\$2.299 ou 0,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicado principalmente pelos seguintes fatores:

- Maior despesa com depreciação e amortização, representando um aumento de 3,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido à depreciação e amortização calculada sobre itens transferidos do imobilizado e intangível em curso para em serviço, durante o período;
- Maior despesa em outros custos de operação, representando um aumento de 44,3%, principalmente devido ao recebimento de indenização no valor de R\$ 3,5 milhões em 2014, relativo a um sinistro ocorrido em 2012 na usina de Limoeiro;

Comentário do Desempenho

- Maior número de funcionários e crescimento de salários e participação nos lucros no período, além do reajuste do cálculo de periculosidade devido à nova legislação trabalhista, compensado parcialmente pelas;
- Despesas com material e serviços de terceiros, que tiveram uma redução de R\$11.609 ou 17,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente à manutenção bienal nas eclusas, sendo a última ocorrida ao longo de 2014, e que, a partir de 2015, estão sendo realizadas anualmente, somado aos menores custos com consultorias financeiras e menores gastos com publicações legais;
- Provisão para redução ao provável valor registrado em 2015 de recuperação no montante de R\$ 3.000 de ativo da controlada AES Rio PCH.

4.3 Resultado financeiro

Impacto negativo no resultado financeiro em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo uma despesa de R\$120.692 no 9M15, comparada a uma despesa de R\$36.436 no 9M14, principalmente ocasionado:

- Aumento dos encargos de dívida (R\$144.037 no 9M15 ante R\$95.614 no 9M14), devido principalmente ao maior saldo de dívida bruta (R\$1.378.777 no 9M15 ante R\$1.135.594 no 9M14) e acréscimo da taxa média do CDI verificado no período (13,09% no 9M15 ante 10,64% no 9M14), somado à redução dos juros capitalizados no valor de R\$6.288;
- Efeito negativo nas variações cambiais proveniente principalmente pela variação cambial em processo judicial que discute a aquisição obrigatória pela Companhia de energia oriunda de Itaipu, e;
- Redução da receita de juros sobre aplicações financeiras (R\$27.924 no 9M15 ante R\$ 37.929 no 9M14 devido principalmente ao menor saldo médio de aplicações financeiras no período (R\$304.799 no 9M15 ante 489.186 no 9M14).

4.4 Imposto de renda e contribuição social

Redução de R\$ 14.113 das despesas com imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) sobre o resultado do 9M15 em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa redução se deve principalmente ao menor lucro tributável apurado em 2015.

4.5 Lucro líquido

O lucro líquido no 9M15 foi de R\$493.814, representando uma redução de 6,0% ou R\$31.671 em relação ao mesmo período do exercício anterior, quando a Companhia teve um lucro líquido de R\$525.485. Essa redução deve-se aos fatores anteriormente mencionados.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A AES Tietê S.A. (Companhia ou Tietê), companhia de capital aberto, controlada diretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira) e indiretamente pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América), está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da Companhia, assinado em 20 de dezembro de 1999, tem prazo de 30 (trinta) anos.

Conforme fato relevante divulgado em 3 de junho de 2015, tornou-se pública a proposta de reorganização societária envolvendo a Brasileira, controladora da Companhia. Todos os detalhes da operação estão descritos na nota explicativa nº 27.

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteados de Ulhôa Rodrigues, 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia é controladora direta da AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), conforme detalhado na nota explicativa nº 10.

A Companhia vende para a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo), empresa pertencente ao mesmo grupo econômico, 1.268 MW médios ou quase a totalidade de sua garantia física (vide informações adicionais na nota explicativa nº 23 (i)).

O parque gerador da Tietê está composto pelas seguintes usinas:

Parque Gerador	Ano de conclusão	Quantidade de turbinas	Capacidade instalada MW	Garantia física MW
Usinas Hidrelétricas (UHE)				
Água Vermelha	1978	6	1.396	746
Nova Avanhandava	1982	3	347	139
Promissão	1975	3	264	104
Bariri	1969	3	143	66
Barra Bonita	1963	4	141	45
Ibitinga	1969	3	132	74
Euclides da Cunha	1960	4	109	49
Caconde	1966	2	80	33
Limoeiro	1958	2	32	15
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)				
Mogi-Guaçu	1994	2	7	4
São José	2012	2	4	2
São Joaquim	2011	1	3	1
Total		35	2.658	1.278

Notas Explicativas

Obrigação de expansão

O Edital de Privatização previa a obrigação da Companhia para expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em, no mínimo, 15% (quinze por cento) no período de oito anos contados a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão, ocorrida em 20 de dezembro de 1999. O Edital também previa que esta expansão deveria ser realizada por meio da implantação de novos empreendimentos no Estado de São Paulo ou através da contratação de energia de terceiros, proveniente de novos empreendimentos construídos no Estado de São Paulo, por prazo superior a cinco anos e respeitando as restrições regulamentares.

De forma a cumprir com tal obrigação, a Companhia, logo após seu leilão de privatização, envidou esforços, sob o antigo modelo do setor elétrico, para ampliar seu parque gerador em 15% (quinze por cento), que representam 398 MW.

Entretanto, a partir de 2004, sobrevieram profundas mudanças no ambiente regulatório do setor elétrico brasileiro que tornaram inviável o cumprimento da obrigação de expansão acima referida. Tais mudanças, somadas a outros motivos alheios à vontade da Companhia, como as condições de fornecimento de gás natural, insuficiência de recursos hídricos e ações judiciais propostas pelo Ministério Público Estadual, impossibilitaram o cumprimento de tal obrigação.

Desde então, a Companhia vem diligenciando junto à Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, com o objetivo de rever a obrigação de expansão para readequá-la à nova realidade setorial/regulamentar.

Em 12 de agosto de 2011, foi distribuída Ação pelo Estado de São Paulo visando compelir a Companhia a cumprir com a obrigação de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração em no mínimo 15% (quinze por cento) ou a pagar indenização por perdas e danos. Pela primeira instância foi concedida liminar determinando que a Companhia apresentasse, em até 60 dias, o seu plano para atendimento da obrigação de fazer compreendendo todos os aspectos necessários à sua plena consecução, sob pena de multa diária.

Em 06 de setembro de 2011, a Companhia foi citada na ação e cientificada oficialmente a respeito da liminar concedida. Em 11 de outubro de 2011, a Companhia foi intimada da decisão dos embargos de declaração, devendo observar o já referido prazo de 60 dias, contados a partir dessa data que se encerraria em 12 de dezembro de 2011. A Companhia apresentou em outubro de 2011 sua defesa bem como recurso contra a decisão que concedeu a liminar notificada.

Em 03 de novembro de 2011, entendendo que há a necessidade de examinar se existem condições materiais para o cumprimento da obrigação, a 2ª instância suspendeu a liminar outrora concedida em favor do Estado de São Paulo até o julgamento do recurso apresentado pela Companhia em outubro de 2011.

Notas Explicativas

Em 19 de março de 2012, o recurso apresentado foi julgado em desfavor da Companhia, determinando a apresentação do plano para atendimento da expansão de capacidade.

Em 26 de abril de 2012, a Companhia apresentou seu Plano de Expansão de Capacidade ao juízo de 1ª instância, que consiste no Projeto “Termo São Paulo”, para a implantação de uma termoeletrica a gás natural, com capacidade de geração aproximadamente de 503 MW.

Em 12 de setembro de 2012, foi proferida decisão em 1ª instância determinando que o Estado de São Paulo se manifestasse sobre o Plano de Expansão de Capacidade da Companhia.

Em 06 de dezembro de 2012, foi juntada no processo a manifestação do Estado de São Paulo sobre o Plano de Expansão de Capacidade apresentado pela Companhia (“Termo São Paulo”), com as alegações seguintes: (i) o plano apresentado é consistente; (ii) não existe garantia do fornecimento de gás natural da Petrobrás, o que prejudicaria a execução do plano; (iii) a usina termoeletrica não seria a única alternativa para cumprir a obrigação de expansão; (iv) mesmo que o gás seja fornecido pela Petrobrás, não há garantia de vitória no leilão (para a construção da usina) e tal fato (não vencer o leilão) não pode ser interpretado como uma justificativa para o não cumprimento da obrigação.

O juízo de 1ª instância determinou que a Companhia se manifestasse sobre os comentários do Estado de São Paulo acerca do plano, bem como que as partes informassem se havia interesse na realização de uma audiência de tentativa de conciliação. A Audiência de Conciliação foi realizada em 09 de outubro de 2013, tendo o juiz responsável pelo caso determinado a suspensão do processo, para que a Companhia estudasse alternativas para expandir sua capacidade de geração que não o plano de expansão anteriormente apresentado em juízo.

Em 13 de março de 2014, foi publicada determinação do juízo para que as partes informassem se houve uma conciliação, tendo tanto a Companhia, quanto o Estado de São Paulo, apresentado pedido de suspensão do processo por mais 60 dias, a fim de dar continuidade às negociações. Em 23 de maio de 2014, a Companhia apresentou um novo pedido de suspensão do processo por 90 dias, tendo em vista que as negociações com o Estado de São Paulo avançaram. Esse novo pedido foi apresentado antes de uma decisão relativa à suspensão de 60 dias anteriormente requerida por ambas as partes.

Em 14 de agosto de 2014, foi aceito pelo juízo o pedido de suspensão do processo por 90 dias. Em 17 de abril de 2015, após o juiz solicitar à Companhia e ao Estado de São Paulo a apresentação de uma manifestação acerca da conclusão do período de suspensão, a Companhia apresentou novo pedido de suspensão do processo por adicionais 90 dias, considerando que as negociações com o Estado de São Paulo avançaram positivamente.

Notas Explicativas

Em 14 de julho de 2015, foi realizada audiência de conciliação, que restou infrutífera. Ambas as partes solicitaram a suspensão do processo por 30 dias, visando estudar opções para cumprimento da obrigação de expansão de capacidade. As partes solicitaram também a análise do requerimento de produção de provas, se houver, e o julgamento da ação. Assim, o Juiz determinou a suspensão do processo até 14 de agosto de 2015. Em 20 de agosto de 2015, a Companhia apresentou petição informando que não foi obtido acordo, solicitando a produção de provas, especialmente pericial.

Por fim, é importante destacar que eventual atraso no cumprimento da obrigação de expansão, após a definição de seu prazo pelo juízo, poderá resultar em multa a ser solicitada pelo Governo do Estado, entretanto, não há ainda a certeza que o Estado terá seu pedido atendido pelo Poder Judiciário. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, a chance de perda da ação é classificada como possível.

Novos projetos vinculados à obrigação de expansão

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia estuda a viabilidade de implantar uma termoelétrica a gás natural, com capacidade instalada líquida de aproximadamente 503 MW.

O empreendimento, localizado no município de Canas no Estado de São Paulo e denominado Termo São Paulo, tem sua Licença Ambiental Prévia em vigor e válida até outubro de 2016, tendo sido emitida no dia 20 de outubro de 2011 pela Companhia Estadual de Tecnologia de Saneamento Básico e Controle de Poluição das Águas – CETESB.

Em 30 de novembro de 2011, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo ajuizaram ação civil pública contra o Estado de São Paulo, a Companhia e a CETESB, argumentando a nulidade do procedimento de licenciamento ambiental e solicitando em pedido liminar a suspensão dos efeitos da Licença Ambiental Prévia, o que foi concedido pelo Judiciário em 30 de março de 2012.

Em 23 de abril de 2012, a Companhia voluntariamente se deu por intimada para apresentação dos recursos cabíveis contra a decisão.

Em 15 de maio de 2012, o Tribunal de Justiça de São Paulo suspendeu a liminar que suspendia os efeitos da Licença Ambiental Prévia emitida pela CETESB e, em 31 de janeiro de 2013, o Tribunal julgou o recurso favoravelmente à Companhia mantendo, desta forma, os efeitos da Licença Ambiental Prévia.

Em 14 de março de 2013, a Defensoria Pública apresentou pedido de esclarecimentos, argumentando que a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo não considerou expressamente algumas legislações ambientais.

Em 27 de junho de 2013, o pedido de esclarecimento foi considerado descabido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, sob fundamento de que todos os pontos relevantes para

Notas Explicativas

Julgamento da demanda foram analisados e que não há ofensa aos dispositivos legais ambientais.

Em 20 de agosto de 2013, a Defensoria Pública interpôs recursos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo favorável à Companhia que manteve os efeitos da Licença Prévia.

Em 29 de janeiro de 2015, os recursos apresentados pela Defensoria buscando reativação da Liminar para suspender a Licença Ambiental não foram admitidos. Em 18 de março de 2015, foi proferida decisão favorável à Companhia em 1ª instância. A Ação Civil Pública foi julgada improcedente, sob os fundamentos de que: (i) houve legalidade no procedimento de licenciamento ambiental; e (ii) foi comprovada, por meio de estudos técnicos realizados e aprovados pelos órgãos ambientais (CONSEMA e CETESB), a viabilidade ambiental do empreendimento.

Em junho de 2015 foram interpostos Recurso de Apelação pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público. Em 16 de julho de 2015 a Companhia apresentou contrarrazões aos Recursos de Apelação interpostos pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público e aguarda julgamento.

Com base na decisão de 1ª instância que julgou a Ação Civil Pública improcedente, a Companhia e seus assessores jurídicos externos reavaliaram o prognóstico de perda da ação, o qual foi alterado de possível para remoto.

A Companhia segue buscando alternativas para o fornecimento de gás, incluindo a alternativa de compra de GNL no mercado internacional, para que desta forma esteja apta para participar de leilões de energia nova ao longo de 2015. A licença de instalação será solicitada quando da assinatura de um contrato de venda de energia pelo projeto.

Além do projeto supracitado, a Companhia adquiriu, em 27 de março de 2012, a opção de compra de um projeto de usina termelétrica, com capacidade instalada líquida de 579 MW, a ser instalada no município de Araraquara no Estado de São Paulo – Termo Araraquara. Com isso, foi garantida exclusividade para avaliação do projeto nos próximos anos e a possibilidade de adequá-lo aos padrões de desenvolvimento de negócios da Companhia.

Caso os dois projetos sejam executados simultaneamente, a Companhia acredita que exista potencial de sinergia e redução de custos de construção e compra do gás. O desenvolvimento do projeto Termo Araraquara, assim como da Termo São Paulo, depende da obtenção de um contrato de fornecimento de gás. Até 30 de setembro de 2015, a Companhia não conseguiu firmar contrato de fornecimento de gás.

Adicionalmente, contribuem para o cumprimento da meta de Obrigação de Expansão a PCH São Joaquim 3 MW e a PCH São José 4 MW, além de dois contratos de longo prazo de compra de energia provenientes de biomassa de cana-de-açúcar, que totalizam 10 MW.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis

Em 28 de outubro de 2015, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes informações contábeis intermediárias, submetendo-o nesta data à aprovação do Conselho de Administração e à análise do Conselho Fiscal.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas, e estão sendo apresentadas para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015, de acordo com o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR. As informações contábeis intermediárias para o trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 também estão de acordo com o IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitido pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também normas complementares emitidas pela CVM.

As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo e pela avaliação do ativo imobilizado ao seu valor atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição em janeiro de 2009.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazer precisamente os totais apresentados.

Os dados quantitativos, tais como volumes, não foram objeto de revisão de nossos auditores independentes.

A Companhia, para uma melhor apresentação, reclassificou as variações monetárias ativas e passivas para as rubricas de receita e despesa financeira, respectivamente, ficando apenas as variações cambiais em separado. Com o intuito de propiciar melhor comparabilidade das informações, a mesma reclassificação foi efetuada nas demonstrações do resultado do

Notas Explicativas

trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014 e valor adicionado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2014. Os impactos dos montantes reclassificados estão demonstrados abaixo.

Reconciliação da demonstração dos resultados

Código da Conta	Descrição da Conta	Controladora			Consolidado		
		01.07.2014 a 30.09.2014			01.07.2014 a 30.09.2014		
		Originalmente emitido	Reclassificações	Reapresentado	Originalmente emitido	Reclassificações	Reapresentado
3.06.01	Receitas Financeiras	15.638	80	15.718	15.661	80	15.741
3.06.02	Despesas Financeiras	(31.445)	(80)	(31.525)	(31.445)	(80)	(31.525)
3.06.02.01	Despesas Financeiras	(28.282)	23	(28.259)	(28.282)	23	(28.259)
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	(3.163)	(103)	(3.266)	(3.163)	(103)	(3.266)

Código da Conta	Descrição da Conta	Controladora			Consolidado		
		01.01.2014 a 30.09.2014			01.01.2014 a 30.09.2014		
		Originalmente emitido	Reclassificações	Reapresentado	Originalmente emitido	Reclassificações	Reapresentado
3.06.01	Receitas Financeiras	38.016	1.509	39.525	38.080	1.509	39.589
3.06.02	Despesas Financeiras	(74.516)	(1.509)	(76.025)	(74.516)	(1.509)	(76.025)
3.06.02.01	Despesas Financeiras	(73.788)	(1.779)	(75.567)	(73.788)	(1.779)	(75.567)
3.06.02.02	Variações Cambiais, Líquidas	(728)	270	(458)	(728)	270	(458)

Reconciliação da nota explicativa do resultado financeiro

	Controladora			Consolidado		
	01.07.2014 a 30.09.2014			01.07.2014 a 30.09.2014		
	Originalmente emitido	Reclassificações	Reapresentado	Originalmente emitido	Reclassificações	Reapresentado
Receitas financeiras						
Renda de aplicações financeiras	15.531		15.531	15.554		15.554
Atualização monetária dos depósitos vinculados	-	86	86	-	86	86
Levantamento de depósito judicial PIS	-		-	-		-
PIS e COFINS sobre receita financeira	-		-	-		-
Multa por postergação no pagamento	-		-	-		-
Outras	107	(6)	101	107	(6)	101
Total	15.638	80	15.718	15.661	80	15.741
Despesas financeiras						
Encargos de dívidas	(34.067)		(34.067)	(34.067)		(34.067)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado em curso	7.126		7.126	7.126		7.126
Cartas de fiança e seguros garantia	(471)		(471)	(471)		(471)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	-		-	-		-
Atualização monetária de pesquisa e desenvolvimento	-	(378)	(378)	-	(378)	(378)
Outras	(870)	401	(469)	(870)	401	(469)
Total	(28.282)	23	(28.259)	(28.282)	23	(28.259)
Variações cambiais, líquidas						
Perdas sobre o repasse de energia - Itaipú	(2.298)	(968)	(3.266)	(2.298)	(968)	(3.266)
Pesquisa e desenvolvimento	(378)	378	-	(378)	378	-
Cauções e depósitos vinculados	86	(86)	-	86	(86)	-
PIS	-		-	-		-
Outras	(573)	573	-	(573)	573	-
Total	(3.163)	(103)	(3.266)	(3.163)	(103)	(3.266)
Total do resultado financeiro	(15.807)	-	(15.807)	(15.784)	-	(15.784)

Notas Explicativas

	Controladora			Consolidado		
	01.01.2014 a 30.09.2014			01.01.2014 a 30.09.2014		
	Originalmente emitido	Reclassificações	Reapresentado	Originalmente emitido	Reclassificações	Reapresentado
Receitas financeiras						
Renda de aplicações financeiras	37.865	-	37.865	37.929	-	37.929
Atualização monetária dos depósitos vinculados	-	214	214	-	214	214
Levantamento de depósito judicial PIS	-	1.270	1.270	-	1.270	1.270
Outras	151	25	176	151	25	176
Total	38.016	1.509	39.525	38.080	1.509	39.589
Despesas financeiras						
Encargos de dívidas	(95.614)	-	(95.614)	(95.614)	-	(95.614)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado em curso	23.939	-	23.939	23.939	-	23.939
Cartas de fiança e seguros garantia	(626)	-	(626)	(626)	-	(626)
Atualização monetária de pesquisa e desenvolvimento	-	(905)	(905)	-	(905)	(905)
Outras	(1.487)	(874)	(2.361)	(1.487)	(874)	(2.361)
Total	(73.788)	(1.779)	(75.567)	(73.788)	(1.779)	(75.567)
Variações cambiais, líquidas						
Perdas sobre o repasse de energia - Itaipú	(458)	-	(458)	(458)	-	(458)
Pesquisa e desenvolvimento	(905)	905	-	(905)	905	-
Cauções e depósitos vinculados	214	(214)	-	214	(214)	-
PIS	1.270	(1.270)	-	1.270	(1.270)	-
Outras	(849)	849	-	(849)	849	-
Total	(728)	270	(458)	(728)	270	(458)
Total do resultado financeiro	(36.500)	-	(36.500)	(36.436)	-	(36.436)

Reconciliação da demonstração do valor adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Controladora			Consolidado		
		01.01.2014 a 30.09.2014			01.01.2014 a 30.09.2014		
		Originalmente emitido	Reclassificações	Reapresentado	Originalmente emitido	Reclassificações	Reapresentado
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.968	1.509	39.477	38.080	1.509	39.589
7.06.02	Receitas Financeiras	38.016	1.509	39.525	38.080	1.509	39.589
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.081.094	1.509	1.082.603	1.081.104	1.509	1.082.613
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.081.094	1.509	1.082.603	1.081.104	1.509	1.082.613
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	75.282	1.509	76.791	75.292	1.509	76.801
7.08.03.01	Juros	74.516	1.509	76.025	74.516	1.509	76.025

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As informações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de sua controlada. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Notas Explicativas

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas utilizando a moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base das informações contábeis.

2.4 Critérios de consolidação

As informações contábeis consolidadas incluem a seguinte controlada:

Descrição	Atividade	Participação	
		30.09.2015	31.12.2014
Controlada direta:			
AES Rio PCH Ltda. ("Rio PCH")	Geração (Sem operação)	100%	100%

Todos os saldos e transações com a empresa consolidada são eliminados na consolidação.

3. Políticas contábeis e estimativas

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas, julgamentos e estimativas contábeis descritos nas notas explicativas 3.1 a 3.19 divulgadas nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>				
Numerário disponível	498	473	498	478
Operações compromissadas	-	55	-	55
Subtotal	498	528	498	533
<u>Investimentos de curto prazo</u>				
Operações compromissadas	279.000	400.853	279.789	401.688
CDB-DI	114.747	60.020	114.747	60.020
Fundo de investimentos	27.501	39.183	27.501	39.183
Subtotal	421.248	500.056	422.037	500.891
Total	421.746	500.584	422.535	501.424

O saldo de aplicações financeiras em 30 de setembro de 2015 está representado por operações de CDB, fundo de investimentos e operações compromissadas com liquidez

Notas Explicativas

diária e com rentabilidade média no período de 99,65% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Em 31 de dezembro de 2014, as aplicações tinham a mesma natureza e foram remuneradas em média a 101,13% do CDI.

Em 30 de setembro de 2015, os ativos do fundo de investimentos eram compostos por CDBs, Operações Compromissadas e Letras Financeiras do Tesouro, os quais não incluem instrumentos financeiros derivativos. Os ativos desse fundo de investimento estão valorizados ao seu valor de mercado.

5. Consumidores e revendedores

	Controladora	
	30.09.2015	31.12.2014
<u>Circulante</u>		
Contratos bilaterais	18.145	19.614
Mercado de curto prazo	2.645	1.399
Energia livre ⁽ⁱ⁾	-	13.075
Subtotal	20.790	34.088
<u>Não Circulante</u>		
Energia livre ⁽ⁱ⁾	13.075	-
Subtotal	13.075	-
Total	33.865	34.088

⁽ⁱ⁾ A Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009 da ANEEL, estabeleceu uma nova metodologia de cálculo dos saldos de Energia Livre e da Perda de Receita, para o período posterior ao encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE nas tarifas de fornecimento.

A Companhia apurou e contabilizou saldos a receber e a pagar, com base na emissão dos despachos ANEEL nº 2.517/10, 1.068/11 e 1.469/11. Em 30 de setembro de 2015, a Companhia possui saldo a pagar de R\$948 e a receber de R\$13.075.

Os recebimentos e pagamentos referentes à energia livre estão condicionados à decisão no final do mandado de segurança impetrado pela ABRADDEE, na qualidade de representante de suas associadas, contra os despachos ANEEL nº 2.517/10 e nº 1.068/11, alegando que os mesmos afetam prejudicialmente toda a sistemática originalmente estabelecida na Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) entre geradoras e distribuidoras de energia elétrica. Devido ao estágio corrente da referida discussão, a Companhia revisou a realização deste recebível e reclassificou todo o montante de R\$13.075 para o não circulante.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Notas Explicativas

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e ANEEL, respectivamente. A Companhia não requer garantias adicionais sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo, bem como, sobre os valores a receber relacionadas à energia livre.

6. Tributos e contribuições sociais diferidos e correntes

6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

	Balço Patrimonial		Resultado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	30.09.2014
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:				
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.512	2.224	(712)	(635)
Provisão para processos fiscais	1.066	1.003	63	181
Provisão de benefício a empregados	90	-	90	(646)
Provisão para processos trabalhistas	2.696	2.156	540	198
Provisão para processos cíveis	10.992	10.301	691	257
Provisão para fornecedores de materiais e serviços	7.019	7.221	(202)	(1.310)
Provisões de meio ambiente	3.478	3.238	240	228
Ativo imobilizado - custo atribuído	(482.303)	(506.798)	24.495	26.804
Ativo intangível - uso do bem público	(13.037)	(13.720)	683	683
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	(1.149)	(1.149)	-	-
Outras	(16.235)	(14.194)	(2.041)	(2.299)
Subtotal	(485.871)	(509.718)	23.847	23.461
Benefício fiscal gerado pela incorporação do ágio - nota nº 9	-	-	(6.483)	(6.964)
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos			17.364	16.497
Tributos diferidos ativos	31.193	31.974		
Tributos diferidos passivos	(517.064)	(541.692)		
Passivo fiscal diferido, líquido	(485.871)	(509.718)		

A Companhia estima que os saldos em 30 de setembro de 2015, referentes aos impostos diferidos ativos serão recuperados através de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo da concessão, que se encerra em 2029.

Notas Explicativas

6.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado							
	01.07.2015 a 30.09.2015		01.01.2015 a 30.09.2015		01.07.2014 a 30.09.2014		01.01.2014 a 30.09.2014	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Composição no resultado:								
Corrente	(68.227)	(24.686)	(201.332)	(72.768)	27.151	9.685	(211.086)	(76.260)
Diferido	4.894	1.789	12.707	4.657	4.490	1.644	12.045	4.452
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(63.333)	(22.897)	(188.625)	(68.111)	31.641	11.329	(199.041)	(71.808)
Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	253.643	253.643	750.550	750.550	(126.594)	(126.594)	796.334	796.334
Adições (exclusões):								
Doações	94	94	459	459	941	941	1.380	1.380
Outros	683	673	5.788	5.776	(348)	(222)	(532)	156
Subtotal	777	767	6.247	6.235	593	719	848	1.536
Base de cálculo	254.420	254.410	756.797	756.785	(126.001)	(125.875)	797.182	797.870
Alíquota	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Tributos	(63.605)	(22.897)	(189.199)	(68.111)	31.500	11.329	(199.296)	(71.808)
Incentivos Fiscais	266		556		135		243	
Outros	6		18		6		12	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(63.333)	(22.897)	(188.625)	(68.111)	31.641	11.329	(199.041)	(71.808)
Alíquota efetiva	25,0%	9,0%	25,1%	9,1%	25,0%	8,9%	25,0%	9,0%

Desde 1 de janeiro de 2015, a Companhia vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS aplicando os preceitos da Lei nº 12.783/2014 e Instruções Normativas RFB 1.515/14 de 24 de Novembro de 2014 e 1.556/15 de 31 de Março de 2015.

Notas Explicativas

7. Tributos e contribuições sociais

7.1 Tributos e contribuições sociais compensáveis

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
<u>Imposto de renda e contribuição social a compensar</u>				
Imposto de renda	40.361	3	40.375	3
Contribuição social	23.206	2	23.206	2
Imposto de renda retido na fonte	6.067	10.740	6.095	10.769
Total	69.634	10.745	69.676	10.774
<u>Outros tributos a compensar</u>				
PIS	14.449	11.468	14.449	11.468
COFINS	66.398	52.821	66.398	52.821
ICMS	746	-	746	-
Outros tributos	2	2	2	2
Total	81.595	64.291	81.595	64.291
Total circulante	151.229	75.036	151.271	75.065
<u>Outros tributos a compensar</u>				
ICMS	789	791	789	791
Total não circulante	789	791	789	791

Notas Explicativas

7.2 Tributos e contribuições sociais a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar</u>				
Imposto de renda	201.366	113.645	201.366	113.645
Contribuição social	72.782	29.649	72.782	29.649
Total	274.148	143.294	274.148	143.294
<u>Outros tributos a pagar</u>				
Federais:				
PIS (*)	1.293	1.455	1.293	1.455
COFINS (*)	5.967	6.715	5.967	6.715
INSS	1.674	484	1.674	484
IRRF	-	220	-	220
Outros tributos	672	298	672	300
Subtotal - Federais	9.606	9.172	9.606	9.174
Estaduais:				
ICMS	464	192	464	192
Subtotal - Estaduais	464	192	464	192
Municipais:				
ISS	177	295	177	295
Subtotal - Municipais	177	295	177	295
Total - Outros tributos a pagar	10.247	9.659	10.247	9.661

A Companhia e sua controlada são tributadas pelo regime de lucro real com recolhimento por estimativa mensal, com o ajuste anual em dezembro de cada ano calendário. Os valores de imposto de renda e contribuição social a recolher por estimativa e ajuste anual devem ser recolhidos no último dia útil do mês subsequente ao período de apuração e poderão ser deduzidos de impostos retidos na fonte de mesma natureza, dentro do mesmo ano calendário.

A Companhia está discutindo judicialmente os efeitos do Decreto 8.426/15 que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015, até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a Companhia vem compensando estes débitos com seus créditos de tributos federais, os quais estima recuperar até 2023, quando da decisão final da ação. Caso a Companhia tenha decisão final favorável, os créditos compensados serão devolvidos. As compensações efetuadas até 30 de setembro de 2015 somam R\$ 477 e referem-se às competências de julho e agosto. Os valores estão registrados como redutora das receitas financeiras. Vide nota explicativa nº 22.

(*) Do saldo a pagar em 30 de setembro de 2015, R\$251 correspondem à tributação de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, os quais foram compensados em outubro de 2015.

Notas Explicativas

8. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Circulante				
Cauções e depósitos vinculados	669	27.520	669	27.520
Alienação de bens e direitos	626	626	626	626
Outros	315	292	314	291
Total	1.610	28.438	1.609	28.437
Não circulante				
Banco Santos	-	12.609	-	12.609
Outros	52	51	52	51
Total	52	12.660	52	12.660
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Banco Santos	-	(12.609)	-	(12.609)
Saldo líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa	52	51	52	51

9. Tributos a recuperar (não circulante)

Os tributos a recuperar classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações do ágio da controladora AES Gás Ltda. e da AES Tietê Participações S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos estavam assim representados:

	Controladora e Consolidado			
	30.09.2015		31.12.2014	
	Ágio	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
AES Gás Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(610.500)	408.525	(201.975)	(196.255)
Subtotal	197.804	(133.039)	64.765	70.485
AES Tietê Participações S.A.				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(57.115)	37.696	(19.419)	(18.656)
Subtotal	25.305	(16.701)	8.604	9.367
Saldos em cada data-base	223.109	(149.740)	73.369	79.852

Os ágios e as correspondentes provisões vêm sendo amortizados pelo prazo de concessão da Companhia, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Notas Explicativas

Segue abaixo a movimentação dos tributos a recuperar:

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2014	79.852
Amortização	(19.713)
Reversão	13.230
Saldo em 30 de setembro de 2015	73.369

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia registrou R\$6.483 de benefício fiscal do ágio (R\$6.964 em 30 de setembro de 2014), conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.1.

10. Investimentos

	Controladora	
	30.09.2015	31.12.2014
Investimento em controlada:		
AES Rio PCH Ltda.	(1.504)	1.538
Adiantamento para futuro aumento de capital:		
AES Rio PCH Ltda.	2.327	2.327
Total	823	3.865

O investimento em controlada é atualmente representado pela participação na AES Rio PCH Ltda. (AES Rio), conforme detalhamento abaixo:

AES Rio

	30.09.2015	31.12.2014
Quantidade de quotas do capital social	24.267.465	24.267.465
Percentual de participação	100%	100%
Valor do capital social	24.267	24.267
Valor do patrimônio líquido	(1.504)	1.538
Prejuízo do período/exercício	(3.042)	(42)

A Companhia pretende incorporar a controlada AES Rio PCH no processo de reestruturação societária, conforme descrito na nota explicativa nº 27.

Notas Explicativas

11. Imobilizado e intangível

11.1 Imobilizado

(a) A composição dos saldos do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado			
	30.09.2015			31.12.2014
Taxas médias anuais de depreciação (%) (*)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Controladora:				
Terrenos	407.783	-	407.783	407.783
Reservatórios, barragens e adutoras	2.870.638	(1.647.523)	1.223.115	1.283.804
Edificações, obras civis e benfeitorias	649.387	(436.557)	212.830	221.771
Máquinas e equipamentos	1.659.410	(624.485)	1.034.925	995.332
Veículos	8.456	(4.174)	4.282	4.399
Móveis e utensílios e outros	4.923	(3.139)	1.784	1.628
Imobilizado em serviço	5.600.597	(2.715.878)	2.884.719	2.914.717
Imobilizado em curso ⁽¹⁾	246.315	-	246.315	233.163
Obrigações especiais	(4.781)	-	(4.781)	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	-	2.099	2.099
Bens vinculados à concessão	5.844.230	(2.715.878)	3.128.352	3.145.198
Equipamentos de informática (Arrendamento financeiro)	1.752	(913)	839	571
Total Imobilizado – Controladora	5.845.982	(2.716.791)	3.129.191	3.145.769
AES Rio PCH Ltda.:				
Imobilizado em serviço (terrenos)	3.000	-	3.000	3.000
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos	(3.000)	-	(3.000)	-
Total Imobilizado – AES Rio	-	-	-	3.000
Total Consolidado	5.845.982	(2.716.791)	3.129.191	3.148.769
Resumo Consolidado:				
Imobilizado em serviço	5.602.349	(2.716.791)	2.885.558	2.918.288
Imobilizado em curso ⁽¹⁾	246.315	-	246.315	233.163
Obrigações especiais	(4.781)	-	(4.781)	(4.781)
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	-	2.099	2.099
Total Imobilizado	5.845.982	(2.716.791)	3.129.191	3.148.769

(1) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, por gastos com a modernização em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem e/ou retornarem para suas operações.

(*) A taxa média é calculada considerando o saldo inicial, as adições e as baixas realizadas durante o período.

Notas Explicativas

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 é como segue:

	Terenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e melhorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos de informática, móveis e utensílios e outros	Em curso	Obrigações especiais e imóveis destinados a uso futuro	Total controladora	Total controlada	Subtotal custo consolidado	Depreciação	Total líquido consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	407.785	2.361.436	645.005	1.579.456	2.821	5.839	233.163	(2.682)	5.710.804	3.000	5.713.804	(2.545.035)	3.168.769
Adições	-	-	-	460	-	460	101.027	-	101.027	-	101.027	(22.395)	(207.608)
Baixas	-	-	-	(620)	(143)	(763)	(763)	-	(763)	-	(763)	639	(131)
Transferências	-	9.202	1.382	80.394	775	383	(88.015)	-	4.321	-	4.321	-	4.321
Provisão para redução ao provável valor de recuperação dos ativos ⁽ⁱ⁾	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.000)	(3.000)	(3.000)	-	(3.000)
Saldo em 30 de setembro de 2015	407.785	2.370.638	649.387	1.659.410	3.486	6.675	246.315	(2.682)	5.845.982	-	5.845.982	(2.716.791)	3.129.191

(i) No primeiro trimestre de 2015, a controlada efetuou o teste de recuperabilidade de seus ativos e identificou evidência de que um de seus ativos estava com seu valor contábil maior que seu valor recuperável. Dessa forma, a controlada efetuou uma provisão para redução ao provável valor de recuperação em contrapartida ao resultado.

Notas Explicativas

(c) Dos bens vinculados à concessão

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia são vinculados à concessão e não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Os bens vinculados à concessão representam quase que a totalidade do saldo do ativo imobilizado da controladora, sendo em 30 de setembro de 2015 o equivalente a R\$3.128.352 (R\$3.145.198 em 31 de dezembro de 2014).

(d) Obrigações especiais (valor originário da cisão da CESP)

Referem-se às contribuições recebidas do consumidor para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

(e) Características do contrato de concessão

Em 20 de dezembro de 1999, foi firmado o contrato de concessão nº 92/99 (ANEEL – Tietê) com o objeto da produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente, por meio das centrais geradoras descritas na nota explicativa nº 1 e das instalações de transmissão de interesse restrito a essas centrais geradoras.

O prazo de vigência do contrato é de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, o qual poderá ser prorrogado mediante requerimento que deve ser apresentado 36 meses antes do término do prazo do contrato. A ANEEL deverá se manifestar sobre o requerimento da prorrogação até o 18º mês anterior ao término do prazo da concessão. O deferimento do requerimento levará em consideração o cumprimento dos requisitos de exploração adequada.

O contrato de concessão estabelece que a energia elétrica seja comercializada pela Concessionária tendo em vista sua condição de Produtor Independente, observadas as condições estabelecidas no contrato de concessão e na legislação específica.

O contrato de concessão estabeleceu encargos relacionados ao cumprimento dos termos do contrato; do Edital de Privatização; da legislação sobre a exploração de potenciais hidráulicos; à manutenção das operações; dos equipamentos das usinas e de pessoal técnico apropriado; bem como observar as regulamentações setoriais, ambientais (obrigação de reflorestamento, preservação das margens, povoamento de peixes, entre outros) e a legislação vigente aplicáveis à Companhia de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência da exploração dos aproveitamentos hidrelétricos.

Notas Explicativas

A subcláusula 2ª da cláusula 11 do contrato de concessão estabelece que no advento do termo final do contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidrelétricos passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

11.2 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Intangível:				
<u>Ativo intangível - uso do bem público</u>				
Custo	73.174	73.174	73.174	73.174
Amortização	(34.830)	(32.821)	(34.830)	(32.821)
Total do ativo intangível - uso do bem público	38.344	40.353	38.344	40.353
<u>Outros intangíveis (*)</u>				
Custo	49.735	49.631	49.735	49.631
Amortização	(15.256)	(10.936)	(15.256)	(10.936)
Total dos outros intangíveis	34.479	38.695	34.479	38.695
Total intangível	72.823	79.048	72.823	79.048

(*) Refere-se basicamente a softwares, que possuem taxa média de amortização de 20%.

A movimentação do intangível é como segue:

	Consolidado			
	Uso do Bem Público	Em curso	Em serviço	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	40.353	12.239	26.456	79.048
Adição	-	4.425	-	4.425
Amortização	(2.009)	-	(4.320)	(6.329)
Transferências	-	(4.966)	645	(4.321)
Saldo em 30 de setembro de 2015	38.344	11.698	22.781	72.823

O uso do bem público (UBP) foi pago no período de 2000 a 2004. Os valores pagos foram registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.

12. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Circulante:				
Energia de curto prazo e energia livre	231.139	425.516	231.139	425.516
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST	8.659	6.663	8.659	6.663
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg	2.199	1.927	2.199	1.927
Recebimento de liquidação GSF ⁽¹⁾	26.624	-	26.624	-
Materiais e serviços	27.871	51.832	27.878	51.837
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota nº 23)	146	131	146	131
Total	296.638	486.069	296.645	486.074

Notas Explicativas

- (i) A Companhia recebeu o montante de R\$ 26.624 referente à liminar obtida na discussão do rebaixamento, processado pela Câmara de Comercialização de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na liquidação de competência do mês de junho de 2015. Contudo, como a discussão encontra-se em andamento (vide nota explicativa nº 24.4 (c.2)), a Companhia não reconheceu este ganho em seu resultado do período, sendo o caixa recebido registrado como obrigação na rubrica de fornecedores.

A Companhia contratou 17 cartas de fiança e seguros garantia, totalizando uma importância segurada de R\$ 123.534, com custo de 0,25% a 2,50% a.a. Os valores referentes às garantias estão registrados como despesas pagas antecipadamente. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e SPOT.

13. Debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro

13.1 Os saldos de debêntures não conversíveis, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa efetiva ⁽ⁱ⁾ (%)	30.09.2015						
			Circulante			Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Debêntures									
Debêntures - 2ª Emissão (b)	2019	CDI+0,89	26.682	-	(440)	26.242	498.000	(768)	497.232
Debêntures - 3ª Emissão (c)	2020	110,10% do CDI	1.194	-	(216)	978	300.000	(649)	299.351
Subtotal			27.876	-	(656)	27.220	798.000	(1.417)	796.583
Empréstimos e financiamentos									
Nota promissória - 2ª Emissão (d)	2015	CDI+1,29	54.205	500.000	(110)	554.095	-	-	-
Subtotal			54.205	500.000	(110)	554.095	-	-	-
Arrendamento financeiro									
Arrendamento financeiro (e)		8,40 a 15,63	-	331	-	331	548	-	548
Subtotal			-	331	-	331	548	-	548
Total da dívida			82.081	500.331	(766)	581.646	798.548	(1.417)	797.131

Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa efetiva ⁽ⁱ⁾ (%)	31.12.2014						
			Circulante			Não Circulante			
			Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Debêntures									
Debêntures - 1ª Emissão (a)	2015	CDI+1,37	9.093	300.060	(160)	308.993	-	-	-
Debêntures - 2ª Emissão (b)	2019	CDI+0,89	7.132	-	(408)	6.724	498.000	(1.103)	496.897
Debêntures - 3ª Emissão (c)	2020	110,10% do CDI	9.790	-	(198)	9.592	300.000	(813)	299.187
Subtotal			26.015	300.060	(766)	325.309	798.000	(1.916)	796.084
Empréstimos e financiamentos									
Nota promissória - 2ª Emissão (d)	2015	CDI+1,29	1.448	500.000	(429)	501.019	-	-	-
Subtotal			1.448	500.000	(429)	501.019	-	-	-
Arrendamento financeiro									
Arrendamento financeiro (e)		8,40 a 13,90	-	248	-	248	359	-	359
Subtotal			-	248	-	248	359	-	359
Total da dívida			27.463	800.308	(1.195)	826.576	798.359	(1.916)	796.443

Notas Explicativas

- (i) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

13.2 As principais características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

- (a) Debêntures – 1ª emissão: R\$900.000 em debêntures, ocorrida em 01 de abril de 2010, no mercado local, com prazo final em abril de 2015.

Taxa contratual	Pagamentos de juros	Amortização	Vencimento
		299.970	Abril de 2013
CDI + 1,20%	Semestrais	Anual	299.970
		300.060	Abril de 2015

As debêntures foram emitidas na modalidade simples, sendo não conversíveis em ações e subordinadas. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos captados em 03 de maio de 2010 com a emissão no valor de R\$906.834 foram utilizados para a liquidação do saldo da dívida com a Eletrobrás Centrais Elétricas Brasileiras S.A, a qual ocorreu em 04 de maio de 2010.

Em 01 de abril de 2015, a Companhia liquidou a 1ª Emissão de Debêntures, através do pagamento da ultima parcela de amortização. Os recursos para pagamento foram provenientes da 2ª Emissão de Notas Promissórias, emitidas em dezembro de 2014.

- (b) Debêntures – 2ª emissão: R\$498.000 em debêntures, ocorrida em 15 de maio de 2013, no mercado local, com prazo final em maio de 2019.

Taxa contratual	Pagamentos de juros	Amortização	Vencimento
		165.983	Maio de 2017
CDI + 0,79%	Semestrais	Anual	165.983
		166.034	Maio de 2019

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirografária. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio da 2ª Emissão de Debêntures foram destinados integralmente ao pré-pagamento da 1ª emissão de notas promissórias da Companhia

Notas Explicativas

(“Notas Comerciais”), no valor de R\$ 503.957, com o consequente cancelamento de tais Notas Comerciais.

- (c) Debêntures – 3ª emissão: R\$300.000 em debêntures, ocorrida em 20 de março de 2014, no mercado local, com prazo final em março de 2020.

<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
		99.990	Março de 2018
108,20% do CDI	Semestrais	Anual	99.990
		100.020	Março de 2020

As debêntures emitidas são simples, não conversíveis em ações e de espécie quirografária. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos líquidos obtidos por meio da 3ª Emissão de Debêntures foram utilizados para amortização da segunda parcela da 1ª emissão de debêntures da Companhia.

- (d) Nota Promissória – 2ª emissão: R\$500.000 em notas promissórias, ocorrida em 22 de dezembro de 2014, junto aos Bancos Santander, BTG e HSBC, com prazo final em dezembro de 2015.

<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
CDI + 1,20%	No final do contrato	No final do contrato	Dezembro de 2015

Os recursos captados em 22 de dezembro de 2014 com a emissão de 250 notas promissórias no valor nominal unitário de R\$2.000 totalizando R\$500.000 foram utilizados para refinanciamento de dívidas, reforço de capital de giro e investimentos.

- (e) Arrendamento financeiro – Referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo do arrendamento financeiro, em 30 de setembro de 2015, registrado pela Companhia era de R\$879 no passivo (R\$607 em 31 de dezembro de 2014), e R\$839 (R\$571 em 31 de dezembro de 2014) no ativo.

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$839 em 30 de setembro de 2015 (R\$571 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

13.3 Em 30 de setembro de 2015, as parcelas relativas ao principal das debêntures, arrendamento financeiro e custos a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custo a amortizar	Total
2016	-	65	(169)	(104)
2017	165.983	228	(612)	165.599
2018	265.973	171	(426)	265.718
2019	266.024	84	(186)	265.922
2020	100.020	-	(24)	99.996
	798.000	548	(1.417)	797.131

13.4 O indexador utilizado para atualização das debêntures é o CDI, conforme demonstrado abaixo:

	30.09.2015	31.12.2014
CDI ⁽ⁱ⁾	14,13%	11,57%

⁽ⁱ⁾ Índice do último dia útil do período

13.5 A movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro é como segue:

Moeda nacional	Saldo inicial	Ingressos	Encargos financeiros	Pagamentos	Amortização custos de transação	Saldo final
Instituições financeiras/credores	31.12.2014					30.09.2015
Debêntures - 1ª Emissão	308.993	-	9.759	(318.912)	160	-
Debêntures - 2ª Emissão	503.621	-	49.842	(30.292)	303	523.474
Debêntures - 3ª Emissão	308.779	-	30.683	(39.279)	146	300.329
Subtotal	1.121.393	-	90.284	(388.483)	609	823.803
Nota promissória - 2ª Emissão	501.019	-	52.757	-	319	554.095
Subtotal	501.019	-	52.757	-	319	554.095
Arrendamento financeiro	607	454	68	(250)	-	879
Subtotal	607	454	68	(250)	-	879
Total	1.623.019	454	143.109	(388.733)	928	1.378.777

13.6 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* financeiros nos contratos das debêntures e de nota promissória.

Conforme definido nos contratos citados acima, a Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

(i) Capacidade de endividamento (endividamento líquido): mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado ^(*) dos últimos 12 meses.

Notas Explicativas

Este índice deve ser inferior a 3,5 vezes. Em 30 de setembro de 2015 este índice era de 1,0 vezes;

- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Este índice deve ser superior a 1,75 vezes. Em 30 de setembro de 2015 este índice era de 7,1 vezes.

Em 30 de setembro de 2015, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia.

A não observância dos índices acima, verificados trimestralmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 30 de setembro de 2015 foram atendidos.

- (*) EBITDA ajustado – significa o somatório dos últimos doze meses (i) do resultado operacional conforme apresentado no demonstrativo contábil consolidado da Emissora na linha “Resultado Operacional” (excluindo as receitas e despesas financeiras); (ii) todos os montantes de depreciação e amortização; e (iii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada.

14. Obrigações estimadas

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Férias	6.746	5.950
13º Salário	2.450	-
Encargos sociais sobre férias	3.295	2.149
Participação nos lucros	4.446	6.542
Bônus	1.951	1.911
Total Circulante	18.888	16.552
Bônus	198	186
Total Não Circulante	198	186

15. Obrigação com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Funcesp é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

Notas Explicativas

Em 1997, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, o plano passou por reformulações, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o *déficit* técnico atuarial e diminuir o risco de futuros *déficits*.

O custeio do plano para a parcela de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio do benefício definido são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, especificamente um aumento nas taxas de juros. Em 30 de setembro de 2015, a Companhia não verificou nenhuma alteração significativa de mercado que requeresse uma atualização da avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2014.

As despesas reconhecidas foram as seguintes:

	30.09.2015	30.09.2014
Custo dos serviços correntes	1.430	1.380
Custo dos juros	22.152	20.726
Rendimento esperado dos ativos do plano	(22.264)	(20.820)
Total das despesas de benefício definido	1.318	1.286
Outras contribuições	515	497
Total das despesas no período	1.833	1.783

Notas Explicativas

A movimentação contábil do passivo registrado (não circulante) é como segue:

	30.09.2015
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	-
Despesa do período conforme laudo atuarial	1.318
Pagamentos de contribuições	(1.053)
Saldo final em 30 de setembro de 2015	265

15.1 Contratos com a Funcesp

Quando da sua privatização, a Companhia assumiu a cobertura do déficit atuarial do plano de previdência privada vigente até aquele momento, referente aos benefícios de aposentados e pensionistas e a garantia aos empregados ativos de um benefício, na data de sua aposentadoria, proporcional ao serviço passado. Para financiar esse déficit atuarial, em 25 de novembro de 1997, a Companhia firmou um contrato de confissão de dívida com a Funcesp. O vencimento desse contrato seria em setembro de 2027. As parcelas deste contrato incluíam juros anuais de 6,0%, e eram ajustadas mensalmente pelo IGP-DI. No final de cada exercício era feita uma avaliação atuarial e eventuais déficits ou superávits do plano apurados a cada avaliação eram acrescidos ou subtraídos do saldo do contrato, promovendo um recálculo das parcelas remanescentes. Ao longo dos anos, sucessivos superávits foram reduzindo o saldo do contrato, de modo que desde 31 de dezembro de 2009, o saldo da dívida estava integralmente compensado com o ganho atuarial. No entanto, caso eventuais futuros déficits referentes ao antigo plano de previdência privada venham a ocorrer, haverá a necessidade de aportes adicionais pela Companhia.

Vale ressaltar que existem duas formas de apuração de resultados desse plano: a que a Companhia calcula para atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e a calculada pelo administrador do plano (Funcesp) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Os números são diferentes, pois os cálculos seguem metodologias e premissas distintas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com estudo atuarial para atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012, foi constatado um superávit, entretanto, não existe ativo atuarial registrado em função da limitação do valor líquido de ativo de benefício definido ao teto de ativo (*asset ceiling*). Esta limitação se deve ao fato da avaliação atuarial da Funcesp, para fins de atendimento às resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC indicar um déficit de R\$12.977, em 31 de dezembro de 2014, e, portanto, impossibilitando que o superávit observado no estudo atuarial da Companhia possa gerar qualquer tipo de benefício econômico.

Desta forma, a partir de maio de 2015, a patrocinadora e participantes passaram a efetuar contribuições extraordinárias visando o equacionamento do déficit. Esta contribuição foi calculada considerando a duração média do passivo estimada em 18

Notas Explicativas

anos, atualizada anualmente pela variação do IGP-DI e pelos ganhos e perdas atuariais.

16. Pesquisa e desenvolvimento

	Controladora e Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
<u>Circulante:</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	11.569	6.400
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	831	1.181
Ministério de Minas e Energia	417	590
Subtotal	12.817	8.171
<u>Não circulante:</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	8.414	9.458
Subtotal	8.414	9.458
Total	21.231	17.629

A movimentação de pesquisa e desenvolvimento é como segue:

	Pesquisa e desenvolvimento	Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	Ministério das Minas e Energia	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	15.858	1.181	590	17.629
Adições	7.955	7.955	3.980	19.890
Atualização monetária	1.513	-	-	1.513
Pagamentos	-	(8.305)	(4.153)	(12.458)
Aplicações	(5.343)	-	-	(5.343)
Saldo em 30 de setembro de 2015	19.983	831	417	21.231

Notas Explicativas

17. Provisões para processos judiciais e outros

17.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	Provisões para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30.09.2015	31.12.2014	30.09.2015	31.12.2014
Trabalhista (a)	7.929	6.340	3.399	2.949
Provisão para perdas sobre repasse da energia de Itaipu (b)	35.272	17.981	-	-
Provisão meio ambiente (c)	10.228	9.524	-	-
Cível Despacho 288 (d)	29.957	28.262	-	-
Cível	2.371	2.034	-	-
Compensações IRPJ e CSLL (e)	5.191	5.005	-	-
PIS/COFINS - Controlada Rio PCH (f)	1	-	1	-
Total	90.949	69.146	3.400	2.949
Total circulante	13.635	15.971	-	-
Total não circulante	77.314	53.175	3.400	2.949

O total de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 36.934 (R\$ 4.040 em 31 de dezembro de 2014), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	Cauções e depósitos vinculados	
	30.09.2015	31.12.2014
Processos prováveis	3.400	2.949
Processos possíveis	32.086	-
Processos remotos	1.448	1.091
Total	36.934	4.040

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

	31.12.2014	Provisão	Atualização monetária / cambial	Reversões	Pagamentos	30.09.2015
Trabalhista	6.340	2.746	355	(815)	(697)	7.929
Perda no repasse da energia de Itaipu	17.981	-	17.291	-	-	35.272
Meio ambiente	9.524	36	679	(11)	-	10.228
Cível Despacho 288	28.262	-	1.695	-	-	29.957
Cível	2.034	148	332	(54)	(89)	2.371
Compensações IRPJ e CSLL	5.005	-	186	-	-	5.191
PIS/COFINS - Controlada Rio PCH	-	1	-	-	-	1
Total - Consolidado	69.146	2.931	20.538	(880)	(786)	90.949

As provisões para processos judiciais e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é considerada como provável na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e de sua Administração. As estimativas de encerramento das

Notas Explicativas

discussões judiciais, divulgadas nos itens abaixo, também estão fundamentadas na opinião dos assessores jurídicos e podem não ser precisamente realizadas devido ao andamento futuro dos processos.

- (a) A Companhia é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em cerca 172 processos (149 processos em 31 de dezembro de 2014) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. Os valores dos depósitos judiciais relativos às reclamações trabalhistas são decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário, adicionados aos depósitos consignados para garantia do processo.

Dos processos provisionados, destaca-se 1 (uma) Ação Civil Pública (“ACP”) que visa a observância da jornada de trabalho legal, descanso semanal remunerado, fornecimento e orientação de EPIs e pagamento de danos morais aos colaboradores da Companhia. Em 11 de abril de 2012, a Companhia foi condenada ao pagamento de indenização por danos morais arbitrada em R\$200. Em sede de recurso, este valor foi majorado para R\$500. Em janeiro de 2015 foi publicado acórdão de recurso de revista, ao qual foi negado seguimento. Em 30 de setembro de 2015 a ação está em fase recursal, sob análise de viabilidade e tem valor provisionado atualizado de R\$ 1.000.

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2018.

- (b) Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito da Companhia não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a Companhia protocolou um agravo regimental contestando a decisão do órgão de suspender a liminar. Com base neste agravo regimental, foi estabelecido o efeito “ex nunc” da decisão, ou seja, a suspensão da liminar só valeria para o futuro. Nesse sentido, os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004. Em 17 de agosto de 2007 foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela Companhia. Em 17 de outubro de 2007 foi interposta apelação pela Eletrobrás e em 26 de novembro de 2007 foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a Companhia aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Considerando que não há decisão definitiva desse processo, a Administração da Companhia decidiu manter o saldo dessa provisão atualizado pela variação cambial, em 30 de setembro de 2015, no montante de R\$ 35.272 (R\$17.981 em 31 de dezembro de 2014). A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2018.

Notas Explicativas

- (c) A Companhia possui provisões relacionadas a meio ambiente conforme detalhadas abaixo:
- (c.1) Existem 339 processos de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a Companhia no pólo passivo. O ajuizamento em face da Companhia se deu em razão de parte das ocupações irregulares estarem parcial ou integralmente situadas em áreas de preservação ambiental dentro da área de concessão. O pedido principal dessas ações é a recuperação da área eventualmente degradada e, caso a recuperação não seja possível, a recomposição se daria mediante indenização. Os consultores jurídicos e a Administração da Companhia avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 288 demandas, já que as demais 51 ações tiveram julgamentos favoráveis à Companhia e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$1.746 (R\$ 1.722 em 31 de dezembro de 2014).
- (c.2) Em 05 de outubro de 2006, para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental da PCH Mogi-Guaçu, foi firmado com a SMA o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (“TCCA”) no valor de R\$600. Nesse Termo, a Companhia se compromete a aplicar o montante para a elaboração do plano de manejo integrado das unidades de conservação (i) Estação Ecológica Mogi-Guaçu e (ii) Reserva Biológica Mogi-Guaçu, sob a coordenação do Instituto Florestal e Instituto de Botânica. O valor está depositado em conta-poupança da Companhia e os pagamentos são realizados conforme solicitação dos Institutos. Já foram gastos R\$283, porém, considerando o rendimento da poupança, a Companhia mantém provisionado em 30 de setembro de 2015 o montante de R\$603 (R\$577 em 31 de dezembro de 2014). Importante ressaltar que, no momento, para a utilização do saldo, a Companhia aguarda apenas a demanda dos Institutos. Desde setembro de 2013, as unidades não solicitam desembolsos, pois aguardam a aprovação do Plano de Manejo pelo Conselho Estadual do Ambiente – CONSEMA, antes de qualquer solicitação à Companhia. Sem essa aprovação a Companhia permanecerá sem realizar desembolsos.
- (c.3) Em 2002, a Companhia celebrou um convênio (“Termo de Compromisso de Compensação Ambiental” ou “TCCA”) com o IBAMA (atualmente, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio) para atendimento aos requisitos de licenciamento ambiental (“Compensação Ambiental”) das usinas Água Vermelha, Caconde, Limoeiro, Euclides da Cunha, Promissão, Ibitinga, Bariri e Barra Bonita. Nesse Termo de Compromisso, a Companhia se compromete a aplicar as respectivas compensações ambientais em quatro unidades de conservação no montante original de R\$ 4.402, sendo já realizados pagamentos no montante de R\$ 1.232, conforme solicitação das unidades de conservação. O saldo remanescente

Notas Explicativas

corrigido e provisionado até 30 de setembro de 2015 corresponde a R\$ 7.879 (R\$ 7.225 em 31 de dezembro de 2014). O último desembolso foi feito pela Companhia em 2012, quando restaram apenas obrigações relativas a regularização fundiária das unidades de conservação. Atualmente a Companhia está em tratativas com ICMBio e IBAMA, para a assinatura de novo Termo de Compromisso que permita o pagamento do saldo remanescente integralmente ao ICMBio, sem que seja necessário aguardar a solicitação das unidades de conservação.

A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2023.

- (d) Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a Companhia como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a Companhia teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a AES Sul, sociedade sob controle comum à Companhia, e que foi o principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288, pois passou de credora a devedora do mercado e, por isso, ingressou em Juízo buscando a anulação do referido despacho e uma decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à AES Sul, assim a CCEE, sucessora do MAE, elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a Companhia restou devedora do mercado. Em 29 de julho de 2012, a ação da AES Sul foi julgada improcedente em primeira instância, porém, a segunda instância, em 27 de março de 2014, considerou procedente o pedido de anulação do Despacho ANEEL nº 288. A Companhia está recorrendo desta decisão ainda em segunda instância e na presente data aguarda-se o julgamento do recurso. O montante provisionado atualizado até 30 de setembro de 2015 corresponde a R\$ 29.957 (R\$28.262 em 31 de dezembro de 2014). A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2018.
- (e) Em 02 de dezembro de 2008, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. De acordo com as informações dos assessores legais, de um total de R\$131.814 (R\$ 127.115 até dezembro de 2014) envolvidos na discussão, apenas R\$5.191 (R\$5.005 até dezembro de 2014) são considerados como de perda provável, sendo o restante classificado como perda possível. A administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos até 2017.

Notas Explicativas

- (f) PIS/COFINS sobre receitas financeiras: A controlada Rio PCH discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1 de julho de 2015, e até que seja proferida decisão de mérito sobre a ação. Enquanto não há decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a controlada vem efetuando depósitos judiciais nos montantes correspondentes aos tributos incidentes sobre as receitas financeiras. A controlada registra provisão que, atualizada até 30 de setembro de 2015, corresponde a R\$1, e efetuou depósitos judiciais no mesmo montante. A Administração das controladas diretas e indiretas, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até 2023.

17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$ 5.000 para fins de divulgação. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Descrição da contingência	Controladora	
	30.09.2015	31.12.2014
(a) Recomposição de danos ambientais	Não determinado	Não determinado
(b) Compensações de IRPJ e CSLL	126.623	122.110
(c) Auto de infração - Ágio	125.252	121.779
(d) Auto de infração - Pesquisa e desenvolvimento	6.900	6.639
(e) Ação civil pública – Mexilhões dourados	Não determinado	Não determinado
(f) Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013	73.355	40.703
(g) Arbitragem - BTG Pactual	32.086	-
(h) Obrigação de expansão	Não determinado	Não determinado

- (a) Recomposição de danos ambientais

Referem-se a 3 ações civis públicas através das quais se busca, mediante a concessão de medida liminar, a suspensão do processo de licenciamento ambiental da Companhia, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de Bariri, Nova Avanhandava e Barra Bonita. De forma geral, requerem que a Companhia realize programas de compensação ambiental, bem como apresentam valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

- (b) Compensações de IRPJ e CSLL

Conforme mencionado no item (e) da nota explicativa nº 17.1, a Receita Federal intimou a Companhia sobre a não homologação de 5 (cinco) compensações

Notas Explicativas

administrativas de IRPJ e CSLL. Em julho de 2014, a Companhia foi informada de decisão definitiva favorável relativa a uma das compensações, extinguindo em definitivo o débito no montante de R\$ 1.207. Atualmente, para as 4 (quatro) compensações remanescentes, aguarda-se a decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF sobre os recursos apresentados pela Companhia. De acordo com as informações dos assessores legais, de um montante de R\$131.814 (R\$127.115 em 31 de dezembro de 2014) envolvidos na discussão, R\$126.623 (R\$122.110 em dezembro de 2014) são considerados como probabilidade de perda possível.

(c) Auto de infração - ágio

Em novembro de 2011 foi lavrado Auto de Infração pela Receita Federal do Brasil - RFB visando a cobrança de R\$125.252 atualizado até 30 de setembro de 2015 (R\$121.779 em 31 de dezembro de 2014). Em razão de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da Companhia de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à Companhia. No momento aguarda-se julgamento do recurso de ofício ao CARF.

(d) Auto de infração – Pesquisa e desenvolvimento

Em outubro de 2012 foi lavrado Auto de Infração pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida no ano de 2008 dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela Companhia, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da Companhia. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário, que aguarda julgamento. O valor atualizado até 30 de setembro de 2015 é de R\$6.900 (R\$6.639 em 31 de dezembro de 2014).

(e) Ação civil pública – Mexilhões dourados

O Ministério Público Federal de Jales ajuizou ação civil pública em 25 de março de 2013 contra a Companhia, União Federal, IBAMA e Estado de São Paulo visando a adoção de medidas de controle e erradicação para combate à proliferação desordenada do mexilhão dourado no reservatório da UHE Água Vermelha através das medidas de divulgação, monitoramento, capacitação e fiscalização a serem adotadas pela Força de Tarefa Nacional de Controle ao Mexilhão Dourado bem como através da execução do plano de execução de manejo sugerido pelo Ministério Público ou, caso isso seja absolutamente impossível, que seja mantido o nível atual da população de mexilhões, sob pena de responsabilização pela sua proliferação no reservatório. Liminarmente são solicitadas providências para (i) inserção da Companhia e do Estado de São Paulo

Notas Explicativas

na Força Tarefa Nacional de controle do mexilhão; (ii) 90 dias para apresentação do mapeamento/monitoramento da área contaminada pelo mexilhão, mediante identificação com placas informativas, bem como (iii) a apresentação de Plano de Manejo na forma apontada pelo Ministério Público Federal; (iv) 60 dias para a identificação das áreas de potencial invasão e (v) Participação no custeio da divulgação em mídia sobre as medidas profiláticas adotadas, tudo sob pena de multa diária de R\$10 para caso de descumprimento.

Em 05 de setembro de 2013, a Companhia foi citada, e em 04 de outubro de 2013 apresentou contestação e argumentos contrários à ordem liminar solicitada pelo Ministério Público Federal. Em 24 de julho de 2014 foram deferidos os pedidos da liminar requerida pelo Ministério Público Federal, determinando: (i) que os réus Companhia e Estado de São Paulo sejam integrados à Força Tarefa Nacional de Controle do Mexilhão Dourado, bem como (ii) que todos os réus (Companhia, União, IBAMA e Estado de São Paulo) façam a identificação das áreas com potencial invasão do molusco, o mapeamento e monitoramento das áreas já contaminadas mediante identificação com placas informativas, e promovam na mídia informações sobre medidas para evitar a proliferação do molusco. Em 18 de agosto de 2014 a Companhia apresentou recurso contra a liminar concedida ao Ministério Público Federal. Em 15 de setembro de 2014, o Tribunal suspendeu a decisão liminar até a conclusão de estudo sobre impactos e medidas envolvendo os mexilhões dourados em outra ação judicial na qual Companhia não é parte (Reservatório Ilha Solteira), oportunidade em que o Tribunal avaliará eventuais medidas aplicáveis à Companhia (Reservatório Água Vermelha) e em 29 de outubro de 2014, foi agendada audiência para dezembro de 2014 visando análise da conclusão do estudo. Em 12 de dezembro de 2014 foi realizada audiência na qual ficou definido que a ação judicial seguirá suspensão e com relação à Companhia foram definidos apenas os dois pontos abaixo (i) Suporte na atuação preventiva: a Companhia deverá efetuar impressão de cartilha educativa sobre os mexilhões no formato do material oficial do IBAMA, com estimativa para julho de 2015; (ii) Uso do cloro nas Usinas ainda pendentes: Companhia ainda deve aguardar a emissão de autorização para uso emergencial do cloro, com estimativa de solicitação para março de 2015.

As demais providências definidas na audiência não envolvem a Companhia e sim outros órgãos estatais (levantamento de áreas críticas, Municípios e órgãos envolvidos, bem como atividades preparatórias para o monitoramento).

Em 01 de julho de 2015 foi realizada nova audiência na qual houve revisão dos prazos que haviam sido definidos na audiência de dezembro de 2014. Com relação à Companhia foram mantidos apenas 2 pontos originalmente previstos cujos prazos foram revisados da seguinte forma: (i) Suporte na atuação preventiva: após a validação final da Cartilha preventiva pelo IBAMA, prevista para 25 de julho de 2015, a Companhia terá o prazo de 03 meses para efetuar a correspondente impressão das Cartilhas educativas; (ii) Uso do cloro nas Usinas ainda pendente das correspondentes aprovações dos órgãos competentes: em 15 de julho de 2015 a

Notas Explicativas

Companhia, em conjunto com a CESP, protocolou nos autos da Ação, os estudos técnicos para subsidiar o encaminhamento do pedido de registro para uso emergencial do dicloro, para posterior análise e decisão do órgão competente.

Em 30 de setembro de 2015 foi publicada decisão em 2ª instância que julgou procedente o recurso de agravo de instrumento interposto pela Companhia contras as medidas liminares que haviam sido concedidas em 1ª instância bem como homologou judicialmente o Relatório (Plano de Ação) e o Projeto Executivo – vide itens (i) e (ii) acima, elaborados pelos Réus e, em consequência, julgou extinta a ação civil pública, sob fundamento de que tais documentos superaram o objeto da demanda judicial.

Com base na referida decisão que julgou a Ação Civil Pública extinta, a Companhia e seus assessores jurídicos externos reavaliaram o prognóstico de perda da ação, o qual foi alterado de possível para remoto.

- (f) Resolução Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 3, de 6 março de 2013

A Resolução CNPE nº 3, de 6 março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço, bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo dos Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve liminar que suspendeu o rateio do ESS aos produtores independentes. A decisão judicial apontou que os custos só poderiam ser repassados aos produtores independentes por meio de mudança em lei.

Em 05 de dezembro de 2014, houve sentença favorável à APINE, ratificando a liminar obtida, declarando desta forma a inexigibilidade do ESS decorrente da Resolução CNPE 03. Em 12 de dezembro de 2014, a União interpôs apelação à referida sentença. Em 01 de junho de 2015, a APINE apresentou suas contrarrazões à apelação interposta pela União.

A liminar continua vigente até que seja tomada a decisão final da ação ordinária, que discute a aplicação da cobrança do ESS pela Resolução CNPE 03. Com base nesta decisão judicial e no parecer jurídico obtido pela APINE, a Companhia não reconhece o custo do ESS por motivo de segurança energética.

Notas Explicativas

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar aproximadamente R\$ 73.355 (R\$ 40.703 em 31 de dezembro de 2014), referentes aos valores originais divulgados pela CCEE nas liquidações financeiras ocorridas até 30 de setembro de 2015.

(g) Arbitragem – BTG Pactual

Em 30 de julho de 2015, o BTG Pactual (“BTG”) iniciou procedimento arbitral em face da Companhia com base em Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica (“Contratos”). O BTG alega que a companhia inadimpliu os contratos ao comprar mais energia do que autorizado contratualmente e pretende recuperar as quantias que a Companhia recebeu com as vendas da energia fornecida pelo BTG no mercado de curto prazo, que equivalem a R\$ 32.086. A Companhia já realizou depósito em garantia no valor de R\$ 32.086, com integral reserva de direitos.

(h) Obrigação de expansão

Conforme descrito na nota explicativa nº 1.

Cartas de fiança e seguro garantia

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia contratou uma carta de fiança no valor de R\$ 462 e dois seguros garantia no valor de R\$ 2.394 (uma carta de fiança no valor de R\$ 418 e um seguro garantia no valor de R\$ 959 em 31 de dezembro de 2014) para processos judiciais de natureza tributária, totalizando uma importância segurada de R\$ 2.856 (R\$ 1.388 em 31 de dezembro de 2014), ao custo de 2,00% e 0,40% a.a. (2,00% e 0,40% a.a. em 31 de dezembro de 2014). Os valores referentes ao seguro garantia estão registrados como despesas pagas antecipadamente e amortizados no resultado do período de acordo com o prazo contratual, de forma linear.

18. Patrimônio líquido

18.1 Capital social

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve emissão ou resgate de ações.

Notas Explicativas

A seguir está apresentada a composição acionária em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	30.09.2015		31.12.2014	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Companhia Brasileira de Energia	140.882.909	71,35%	140.882.909	71,35%
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	-	0,00%	150.534	0,08%
Outros	56.578.302	28,65%	56.427.768	28,57%
Total das ações	197.461.211	100,00%	197.461.211	100,00%
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Companhia Brasileira de Energia	59.447.111	32,34%	59.447.111	32,34%
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	30.107.688	16,38%	30.107.688	16,38%
Outros	94.237.480	51,28%	94.237.480	51,28%
Ações em tesouraria	3	0,00%	3	0,00%
Total das ações	183.792.282	100,00%	183.792.282	100,00%

18.2 Reservas

Composição dos saldos das reservas:	Controladora	
	30.09.2015	31.12.2014
<u>Reservas de capital:</u>		
Reserva especial de ágio na incorporação (a)	232.547	232.547
Remuneração das imobilizações em curso – capital próprio	17.613	17.613
Outras reservas de capital	2.204	2.204
Ações e opções de ações outorgadas (b)	1.907	1.808
Total	254.271	254.172
<u>Avaliação patrimonial/Outros resultados abrangentes:</u>		
Ajuste de avaliação patrimonial (c.1)	936.237	983.786
Plano de previdência privada - ganhos atuariais (c.2)	2.230	2.230
Total	938.467	986.016

- (a) A reserva especial de ágio foi gerada pelos seguintes eventos: (i) incorporação do ágio da controladora AES Gás Ltda., no montante de R\$266.740, dos quais R\$59.811 foram capitalizados, remanescendo na conta de reserva o montante de R\$206.929; e (ii) incorporação do ágio da coligada AES Tietê Participações S.A., no montante de R\$25.618, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007. De acordo com o permitido na Instrução CVM nº 319, na medida em que seja realizado o benefício fiscal da reserva especial de ágio na incorporação, constante do patrimônio líquido da Companhia, este benefício poderá ser capitalizado em favor de sua controladora, a Brasileira, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.
- (b) É composta por outorga de ações e opções de compra de ações da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em

Notas Explicativas

favor da The AES Corporation após o aporte de recursos através da entrega das ações aos colaboradores da Companhia, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

- (c) Em 30 de setembro de 2015, o saldo dos ajustes de avaliação patrimonial/outras resultados abrangentes era composto pelo custo atribuído de seus ativos imobilizados e pelo ganho atuarial do plano de pensão.

(c.1) Ajuste de Avaliação Patrimonial (Custo atribuído ao ativo imobilizado): A Companhia decidiu atribuir novo custo aos saldos de seus ativos imobilizados na data-base da transição para a adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos (CPCs), em 1 de janeiro de 2009. Assim, foi elaborado um laudo de avaliação do ativo imobilizado da Companhia. Na data de transição o valor desta mais valia, no montante de R\$1.437.623, foi registrado no ativo imobilizado em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, líquido dos efeitos tributários os quais estão classificados como “Tributos e contribuições sociais diferidos” no passivo não circulante, e serão realizados na medida em que a mais valia dos bens vinculados a ela seja depreciada/amortizada ou alienada.

(c.2) Outros resultados abrangentes relacionado ao ganho atuarial do plano de pensão apresenta um saldo de R\$2.230 (R\$2.230 em 31 de dezembro de 2014), líquidos de imposto de renda e contribuição social.

18.3 Dividendos intercalares

O Estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, no montante de R\$122.420 correspondente a R\$0,30633 por ação ordinária e R\$0,33696 por ação preferencial. O pagamento foi realizado em 25 de maio de 2015.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de agosto de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares, no montante de R\$134.849 correspondente a R\$0,33743 por ação ordinária e R\$0,37117 por ação preferencial. O pagamento foi realizado em 25 de setembro de 2015.

Notas Explicativas

19. Lucro (Prejuízo) por ação

19.1 Aumento de capital com reserva especial de ágio

De acordo com o descrito na nota explicativa nº 18.2, a reserva especial de ágio na incorporação, poderá ser capitalizada a favor de sua controladora direta Brasileira, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio serão consideradas diluidoras para o cálculo do lucro (prejuízo) por ação diluído da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas. Em 30 de setembro de 2015, as condições para a emissão de ações de capital social relacionadas à amortização do ágio não foram atendidas, em função de estarem pendentes de aprovação pela Assembleia de Acionistas, conforme legislação societária brasileira e estatuto da Companhia.

Caso exercida pela controladora a emissão de 100% das ações em seu favor e nenhum acionista não controlador exercer seu direito de participar do aumento de capital, o percentual de não controladores reduziria de 47,45% para 45,48% (47,45% para 45,92% em 30 de setembro de 2014).

19.2 Demonstração do cálculo do lucro (prejuízo) por ação

As ações preferenciais têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro (prejuízo) por ação nas tabelas a seguir contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o lucro (prejuízo) básico por ação para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014.

Notas Explicativas

	01.07.2015 a 30.09.2015	01.01.2015 a 30.09.2015	01.07.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014
Numerador:				
Lucro (Prejuízo) líquido do período	167.413	493.814	(83.624)	525.485
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias ⁽ⁱ⁾	197.461	197.461	197.461	197.461
Média ponderada do número de ações preferenciais ⁽ⁱ⁾	183.792	183.792	183.792	183.792
Remuneração das ações preferenciais	1,10	1,10	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	202.171	202.171	202.171	202.171
Denominador ajustado				
Denominador para lucro básico por ação	381.253	381.253	381.253	381.253
Denominador para lucro básico por ação ajustado	399.632	399.632	399.632	399.632
Lucro básico por ação (R\$ por ação)				
Lucro (Prejuízo) básico por ação ordinária	0,4189	1,2357	(0,2093)	1,3149
Lucro (Prejuízo) básico por ação preferencial	0,4608	1,3592	(0,2302)	1,4464

⁽ⁱ⁾ Não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais durante os períodos comparados.

Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas:

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
01.07.2015 a 30.09.2015	82.720	84.693	167.413
01.01.2015 a 30.09.2015	243.997	249.817	493.814
01.07.2014 a 30.09.2014	(41.319)	(42.305)	(83.624)
01.01.2014 a 30.09.2014	259.646	265.839	525.485

Para o cálculo do lucro (prejuízo) por ação diluído pelas ações que poderão ser emitidas através da capitalização do ágio em favor da acionista controladora Companhia Brasileira de Energia (nota explicativa nº 18.2), a Administração da Companhia realizou estimativa para efeito de divulgação.

O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito dilutivo na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora indireta The AES Corporation.

A tabela a seguir apresenta o lucro (prejuízo) diluído por ação para os trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014:

Notas Explicativas

	01.07.2015 a 30.09.2015	01.01.2015 a 30.09.2015	01.07.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014
Numerador:				
Lucro (Prejuízo) líquido do período	167.413	493.814	(83.624)	525.485
Denominador com ações a serem subscritas com a reserva de ágio (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias	206.021	206.021	204.975	204.975
Média ponderada do número de ações preferenciais	191.760	191.760	188.994	188.994
Lucro diluído por ação (R\$ por ação)				
Lucro (Prejuízo) diluído por ação ordinária	0,4015	1,1843	(0,2025)	1,2728
Lucro (Prejuízo) diluído por ação preferencial	0,4417	1,3028	(0,2228)	1,4000

A Administração da Companhia realizou estimativa para efeito de divulgação. Para fins de determinação da quantidade de ações que teriam sido emitidas, a Companhia utilizou o preço de mercado das ações nas datas-bases correspondentes (30 de setembro de 2015 e 30 de setembro de 2014), bem como a proporção às existentes. De acordo com o CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia não deve revisar os resultados por ação diluídos de qualquer período anterior apresentado devido a alterações nas premissas usadas no cálculo.

Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas em uma possível realização da reserva de ágio:

Período	Ordinárias	Preferenciais	Total
01.07.2015 a 30.09.2015	82.720	84.693	167.413
01.01.2015 a 30.09.2015	243.997	249.817	493.814
01.07.2014 a 30.09.2014	(41.516)	(42.108)	(83.624)
01.01.2014 a 30.09.2014	260.885	264.600	525.485

Notas Explicativas

20. Suprimentos, compra e transporte de energia elétrica

	Controladora							
	01.07.2015 a 30.09.2015		01.01.2015 a 30.09.2015		01.07.2014 a 30.09.2014		01.01.2014 a 30.09.2014	
	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$	MWh	R\$
Geração própria e outras:								
Contrato bilateral Eletropaulo (Nota nº 23)	2.799.744	608.868	8.309.204	1.745.524	3.206.392	660.257	7.889.433	1.569.657
Contratos bilaterais	466.748	54.917	1.383.062	160.590	511.821	59.457	1.553.728	175.717
Mercado de curto prazo								
MRE	229.051	2.577	395.989	6.150	-	-	189.379	3.538
SPOT	-	-	582.669	183.875	472.605	207.426	1.366.415	723.786
Outros	-	-	-	11.124	-	(72.611)	-	10.517
Créditos de carbono	-	-	-	-	-	-	-	1.006
Outras receitas	-	38	-	255	-	40	-	226
Receita operacional bruta	3.495.543	666.399	10.670.924	2.107.518	4.190.818	854.569	10.998.955	2.484.447
Pesquisa e desenvolvimento	-	(6.320)	-	(19.890)	-	(8.040)	-	(23.183)
PIS	-	(4.897)	-	(17.292)	-	(7.489)	-	(25.258)
COFINS	-	(22.592)	-	(79.752)	-	(34.536)	-	(116.434)
ICMS	-	(617)	-	(1.647)	-	(520)	-	(1.354)
ISS	-	(6)	-	(7)	-	(5)	-	(5)
Receita operacional líquida	3.495.543	631.968	10.670.924	1.988.930	4.190.818	803.979	10.998.955	2.318.213
Energia elétrica comprada e encargos:								
Contratos bilaterais	537.841	(67.976)	1.503.485	(181.647)	559.609	(68.551)	1.662.688	(193.123)
Mercado de curto prazo								
MRE	409.868	(4.611)	2.116.834	(27.396)	1.031.592	(12.661)	2.213.612	(27.600)
SPOT	626.793	(129.120)	1.858.761	(563.488)	1.358.405	(750.248)	1.626.596	(936.939)
Outros	-	-	-	(14.469)	-	2.405	-	(9.842)
Encargos de transmissão	-	(29.404)	-	(83.288)	-	(25.880)	-	(71.907)
Encargos de conexão	-	(376)	-	(1.469)	-	(449)	-	(1.298)
PIS	-	-	-	9.028	-	5.965	-	8.842
COFINS	-	-	-	41.583	-	27.475	-	40.724
Total	1.574.502	(231.487)	5.479.080	(821.146)	2.949.606	(821.944)	5.502.896	(1.191.143)

21. Outras receitas e custos

	Controladora				Consolidado			
	01.07.2015 a 30.09.2015	01.01.2015 a 30.09.2015	01.07.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014	01.07.2015 a 30.09.2015	01.01.2015 a 30.09.2015	01.07.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014
	Doações	(607)	(1.478)	(430)	(1.350)	(607)	(1.478)	(430)
Arrendamentos e aluguéis	(265)	(834)	(261)	(766)	(265)	(836)	(261)	(766)
Amortização do Uso do Bem Público (UBP)	(676)	(2.009)	(676)	(2.009)	(676)	(2.009)	(676)	(2.009)
Seguros	(2.022)	(5.949)	(1.779)	(5.799)	(2.022)	(5.949)	(1.779)	(5.799)
Contribuições CCEE / ONS	(382)	(1.140)	(328)	(1.012)	(382)	(1.140)	(328)	(1.012)
Ganhos na alienação de bens e direitos	58	970	113	425	58	970	113	425
Indenização de sinistro - Usina Limoeiro	-	-	-	3.490	-	-	-	3.490
Outros custos	(1.095)	(3.313)	(1.031)	(2.968)	(1.096)	(3.338)	(1.033)	(3.003)
Total	(4.989)	(13.753)	(4.392)	(9.989)	(4.990)	(13.780)	(4.394)	(10.024)

Notas Explicativas

22. Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	01.07.2015 a 30.09.2015	01.01.2015 a 30.09.2015	01.07.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014	01.07.2015 a 30.09.2015	01.01.2015 a 30.09.2015	01.07.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014
Receitas financeiras								
Renda de aplicações financeiras	11.837	27.848	15.531	37.865	11.865	27.924	15.554	37.929
Atualização monetária dos depósitos vinculados	79	208	86	214	79	208	86	214
Levantamento de depósito judicial PIS	-	-	-	1.270	-	-	-	1.270
PIS e COFINS sobre receita financeira - nota nº 7.2	(728)	(728)	-	-	(728)	(728)	-	-
Postergação no pagamento - nota nº 23	3.687	3.687	-	-	3.687	3.687	-	-
Outras	18	38	101	176	18	38	101	176
Total	14.893	31.053	15.718	39.525	14.921	31.129	15.741	39.589
Despesas financeiras								
Encargos de dívidas	(50.204)	(144.037)	(34.067)	(95.614)	(50.204)	(144.037)	(34.067)	(95.614)
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado em curso ⁽ⁱ⁾	7.903	17.651	7.126	23.939	7.903	17.651	7.126	23.939
Cartas de fiança e seguros garantia	(344)	(1.163)	(471)	(626)	(344)	(1.163)	(471)	(626)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(1.206)	(3.688)	-	-	(1.206)	(3.688)	-	-
Atualização monetária de pesquisa e desenvolvimento	(599)	(1.513)	(378)	(905)	(599)	(1.513)	(378)	(905)
Outras	(1.116)	(1.610)	(469)	(2.361)	(1.116)	(1.610)	(469)	(2.361)
Total	(45.566)	(134.360)	(28.259)	(75.567)	(45.566)	(134.360)	(28.259)	(75.567)
Variáveis cambiais, líquidas								
Perdas sobre o repasse de energia - Itaipú - nota nº 17.1	(11.429)	(17.291)	(3.266)	(458)	(11.429)	(17.291)	(3.266)	(458)
Outras	(98)	(170)	-	-	(98)	(170)	-	-
Total	(11.527)	(17.461)	(3.266)	(458)	(11.527)	(17.461)	(3.266)	(458)
Total do resultado financeiro	(42.200)	(120.768)	(15.807)	(36.500)	(42.172)	(120.692)	(15.784)	(36.436)

- (i) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 14% a.a. no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 (12% a.a. em 30 de setembro de 2014), sobre os ativos qualificáveis.

23. Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira), a qual é controlada indiretamente pela The AES Corporation, empresa com sede nos Estados Unidos da América e listada na SEC - Securities and Exchange Commission. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto exercer o controle das seguintes empresas operacionais, além do controle da Companhia: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Eletropaulo”), AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (“Uruguaiana S.A.”) e AES Serviços (AES Serviços TC Ltda), mediante participação direta ou indireta no capital dessas sociedades. A Brasileira também detém o controle da AES Elpa S.A. que é a controladora direta da Eletropaulo.

As operações realizadas com partes relacionadas referem-se principalmente ao suprimento de energia elétrica para a Eletropaulo, conforme demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Ativo		
Contas a receber de partes relacionadas:		
Eletropaulo - Contrato bilateral (i)	267.394	296.028
	267.394	296.028
Passivo		
Fornecedores:		
AES Big Sky (iii) (nota nº 12)	49	36
Eletropaulo - Sublocação de parte de imóvel (iv) (nota nº 12)	97	95
Provisões para processos judiciais e outros:		
AES Sul - Despacho 288 (nota nº 17.1)	29.957	28.262
	30.103	28.393
	30.09.2015	30.09.2014
Resultado		
Receita operacional líquida:		
Eletropaulo - Contrato bilateral (i) (nota nº 20)	1.745.524	1.569.657
AES Uruguaiana - Prestação de serviços (ii)	169	143
Serviços de terceiros:		
AES Big Sky (iii)	(49)	(78)
Outras receitas e custos:		
Eletropaulo - Sublocação de parte de imóvel (iv)	(893)	(809)
Receitas financeiras		
Postergação no pagamento (i) (nota nº 22)	3.687	-
Despesas financeiras:		
AES Sul - Despacho 288 (nota nº 17.1)	(1.695)	(588)
	1.746.743	1.568.325

(i) Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa Eletropaulo, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a vender a partir de 2003 para a Eletropaulo a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. As quantidades de energia desse contrato a partir de janeiro de 2006 correspondem a 1.268 MW médios. Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e estabelece a atualização do preço de venda da energia anualmente pela variação do IGP-M.

O preço médio no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 é de R\$210,07/MWh (30 de setembro de 2014 - R\$198,96/MWh).

A Companhia postergou duas faturas do contrato bilateral com a Eletropaulo, sendo uma de competência de maio e a outra de junho. Dessa forma, foi registrado R\$3.687 de receita financeira.

(ii) Refere-se ao contrato de prestação de serviços referente à cessão de mão de obra pela Companhia para a AES Uruguaiana.

Notas Explicativas

(iii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de gestão e administração, suporte e hospedagem dos serviços de mensagem eletrônica da Companhia com a empresa AES Big Sky.

(iv) Corresponde ao contrato de sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a Eletropaulo (Sublocadora) e a Companhia (Sublocatária). Este contrato inclui o valor de aluguel mensal, reembolso de seguro, IPTU e condomínio proporcionais à área sublocada, pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012.

Remuneração da alta administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia deve divulgar a remuneração de sua alta administração. Nos trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e 2014, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	Consolidado			
	01.07.2015 a 30.09.2015	01.01.2015 a 30.09.2015	01.07.2014 a 30.09.2014	01.01.2014 a 30.09.2014
Benefícios de curto prazo (a)	1.242	3.766	899	2.721
Benefícios pós-emprego (b)	42	126	41	124
Outros benefícios de longo prazo (c)	47	122	15	41
Pagamento baseado em ações (d)	60	99	20	63
Total	1.391	4.113	975	2.949

A remuneração dos administradores da Companhia foi aprovada pelos seus acionistas em Assembleia Geral, com exceção ao plano de remuneração baseado em ações que é administrado e custeado pela The AES Corporation.

- Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas; e
- Compostos por ações e opções de ações da The AES Corporation outorgadas à alta administração.

Notas Explicativas

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos (Consolidado)

24.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e sua controlada, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);
- c) Consumidores e revendedores (nota explicativa nº 5);
- d) Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº 23);
- e) Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 17);
- f) Fornecedores (nota explicativa nº 12);
- g) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar; e
- h) Debêntures, empréstimos e financiamentos e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 13).

24.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	30.09.2015		31.12.2014		Categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
ATIVO (Circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa	498	498	533	533	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	422.037	422.037	500.891	500.891	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores e revendedores	33.865	33.865	34.088	34.088	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber de partes relacionadas	267.394	267.394	296.028	296.028	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	36.934	36.934	4.040	4.040	Empréstimos e recebíveis
Total	760.728	760.728	835.580	835.580	
PASSIVO (Circulante e não circulante)					
Fornecedores	296.645	296.645	486.074	486.074	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures	823.803	818.246	1.121.393	1.112.322	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	554.095	554.098	501.019	501.066	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Arrendamento financeiro	879	879	607	607	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.098	2.098	2.119	2.119	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	1.677.520	1.671.966	2.111.212	2.102.188	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e fundo de investimento, os quais são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do período, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica debêntures, empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia e sua controlada optaram por divulgá-los com valores equivalentes ao do valor contábil.

Notas Explicativas

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015.

24.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	30.09.2015			31.12.2014				
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
ATIVO								
Caixa e equivalentes de caixa	498	498	-	533	478	55	-	
Investimentos de curto prazo	422.037	-	422.037	500.891	-	500.891	-	
Total - Ativo	422.535	498	422.037	501.424	478	500.946	-	

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco com o nível 3.

24.4 Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Controles Internos que tem como principal atribuição assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir exatidão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos.

A eficácia dos controles chave implementados pela Companhia para garantir a exatidão das Demonstrações Contábeis é testada anualmente. Em caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

Notas Explicativas

A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro segmentos: operacional, financeiro, tecnologia da informação e investigativo. O primeiro segmento avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, o segundo avalia as informações contábeis e os controles associados, o terceiro os controles de segurança da informação e o quarto a investigação de possíveis fraudes e irregularidades, todos em conformidade com a Lei norte-americana Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as informações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelos responsáveis pelos processos, revisados pela área de Controles Internos e sua implementação devidamente acompanhada pelas áreas de Controles Internos e Auditoria Interna.

O plano de auditoria é aprovado pelo Comitê de Auditoria da The AES Corporation, pela Diretoria e Conselho de Administração da Companhia. Além disto, o resultado das respectivas auditorias e o plano de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados ao Conselho de Administração e Fiscal periodicamente.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e sua controlada possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

As vendas de energia da Companhia são efetuadas para a Eletropaulo, consumidores livres, comercializadoras e geradoras principalmente por contratos bilaterais ou mercado de curto prazo. As vendas para a Eletropaulo estão garantidas pelos seus recebíveis, tendo a Companhia o direito de requerer o bloqueio das contas bancárias de seu cliente até a recuperação do valor total a receber. Nos contratos bilaterais, a Companhia exige em garantia fiança bancária. Para o mercado curto prazo, eventuais

Notas Explicativas

inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e sua controlada atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos *ratings* das principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) inferior a R\$ 6.000.000) até 25% (PL superior a R\$ 6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$ 6.000.000) até 5% (PL superior a R\$ 6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 30 de setembro de 2015 é a seguinte:

Consolidado	30.09.2015
Caixa e equivalentes de caixa	498
Investimentos de curto prazo	422.037
Consumidores e revendedores	33.865
Contas a receber de partes relacionadas	267.394
Total da exposição	723.794

Notas Explicativas

(b.2) Risco de Liquidez

A Companhia e sua controlada adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e sua controlada. Para as rubricas “Debêntures” e “Empréstimos e financiamentos” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 13. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Consolidado Período findo em 30 de setembro de 2015	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos
Fornecedores	296.645	-	-	-
Debêntures	36.096	80.246	282.639	770.319
Empréstimos e financiamentos	571.912	-	-	-
Arrendamento financeiro	91	236	239	313
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	2.098	-	-	-
Total	906.842	80.482	282.878	770.632

De acordo com o CPC 40 *Instrumentos Financeiros: Evidenciação*, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 30 de setembro de 2015.

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o período de nove meses findos em 30 de setembro de 2015 e exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e sua controlada não possuíam operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b.4) Riscos de mercado

Gestão de capital

A Companhia e sua controlada controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

Notas Explicativas

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e sua controlada incluem dentro da estrutura de dívida líquida: debêntures, notas promissórias e arrendamento financeiro, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

	Consolidado	
	30.09.2015	31.12.2014
Empréstimos e financiamentos	554.095	501.019
Debêntures	823.803	1.121.393
Arrendamento financeiro	879	607
Caixa e equivalentes de caixa	(498)	(533)
Investimentos de curto prazo	(422.037)	(500.891)
Dívida líquida	956.242	1.121.595
Patrimônio líquido	1.601.132	1.364.488
Dívida líquida / Patrimônio Líquido	59,72%	82,20%

Do endividamento financeiro total em 30 de setembro de 2015, 42% era de curto prazo (51% em 31 de dezembro de 2014) e o prazo médio era de 1,8 anos (2,2 anos em 31 de dezembro de 2014).

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

A Companhia possui debêntures e nota promissória remuneradas pela variação do DI, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, seu resultado é afetado pela variação desse índice.

Em 30 de Setembro de 2015, as aplicações financeiras da Companhia, em sua maior parte, foram alocadas em CDBs e operações compromissadas, rentabilizadas pelo CDI. Uma pequena parte está aplicada em fundo de investimento, que possui em sua carteira os mesmos tipos de papéis, além de títulos públicos (Letra Financeira do Tesouro –LFT).

O montante de exposição líquida da Companhia e sua controlada aos riscos de taxas de juros na data das informações contábeis é:

Notas Explicativas

Consolidado	30.09.2015
Investimentos de curto prazo	422.037
Debêntures - 2ª Emissão	(524.682)
Debêntures - 3ª Emissão	(301.194)
Nota Promissória 2ª Emissão	(554.205)
Total da exposição líquida	(958.044)

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e sua controlada estavam expostas na data base de 30 de setembro de 2015, foram definidos 05 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 25 de setembro de 2015, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2015, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras - Consolidado	Taxa de juros	Posição em 30.09.2015	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,80%	10,20%	13,60%	17,00%	20,40%
Investimentos de curto prazo	CDI	422.037	28.699	43.048	57.397	71.746	86.096
Subtotal		422.037	28.699	43.048	57.397	71.746	86.096
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas - Consolidado	Taxa de juros	Posição em 30.09.2015	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,80%	10,20%	13,60%	17,00%	20,40%
Debêntures - 2ª Emissão	CDI + 0,79% a.a.	(524.682)	(40.105)	(58.085)	(76.065)	(94.046)	(112.026)
Debêntures - 3ª Emissão	108,20% do CDI	(301.194)	(24.069)	(34.423)	(44.778)	(55.133)	(65.488)
Nota Promissória - 2ª Emissão	CDI+1,20% a.a.	(554.205)	(44.789)	(63.858)	(82.927)	(101.996)	(121.065)
Subtotal		(1.380.081)	(108.963)	(156.366)	(203.770)	(251.175)	(298.579)
Total da exposição líquida		(958.044)	(80.264)	(113.318)	(146.373)	(179.429)	(212.483)

(b.4.2) Risco de recontração (volume e preço)

Atualmente quase toda a garantia física da Companhia está sendo vendida para a Eletropaulo com preço médio no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015 de R\$210,07/MWh (R\$198,96/MWh em 30 de setembro de 2014). Esse contrato tem vencimento em 31 de dezembro de 2015 e, a partir dessa data, essa energia será vendida no ambiente de contratação regulado e/ou livre aos preços

Notas Explicativas

negociados de acordo com as condições de mercado vigentes à época. Portanto, a partir de 2016, a receita da Companhia estará diretamente ligada ao preço de reconstrução desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado no mercado de curto prazo (CCEE).

Em 2011, a Companhia definiu a estratégia para comercialização para a venda de energia após dezembro de 2015, com o objetivo de aumentar a base de clientes livres e ao mesmo tempo obter margens na comercialização, posicionando a Companhia como um importante agente no mercado livre. Para 2016, a Companhia já vendeu 83% da sua energia assegurada para uma carteira diversificada de clientes.

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures e nota promissória) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Em 30 de setembro de 2015, a Companhia estava cumprindo os termos dos *covenants* (vide nota explicativa nº 13.6).

Caso a Companhia não consiga cumprir, com as cláusulas restritivas de seu contrato de debêntures e nota promissória, tais operações poderão ser vencidas antecipadamente, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades. A Companhia, baseada em análise da legislação pertinente e apoiada por seus assessores jurídicos, considera que os investimentos oriundos do projeto básico serão reembolsados pelo Poder Concedente, bem como aqueles realizados após a assinatura do contrato de concessão que não estiverem totalmente depreciados ao final da concessão.

(c.2) Risco hidrológico

A energia produzida pelas geradoras no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que é formado por usinas geradoras das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e de parte da região Norte do País. As atividades de coordenação e controle da operação de geração de energia são executadas pelo ONS, que procura gerir o estoque de energia de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o País.

Notas Explicativas

As variações climáticas podem ocasionar excedentes ou escassez de produção hidrelétrica em determinadas regiões e em determinados períodos do ano, uma vez que o volume de energia gerado pelas usinas hidrelétricas depende do índice pluviométrico (vazões) e do volume acumulado de água em seus reservatórios, que determinam o despacho otimizado do ONS. O SIN possibilita que toda energia gerada no sistema seja transmitida e distribuída da forma mais adequada por todo o País, permitindo a troca de energia entre as regiões, além de obter benefícios da diversidade das bacias hidrográficas.

De acordo com as regras do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), o volume total de energia hidrelétrica gerada no País é alocado para cada usina hidroelétrica do SIN participante deste mecanismo, de forma proporcional aos seus respectivos níveis de garantia física (ou energia assegurada). Essa alocação busca garantir que todas as usinas participantes do MRE tenham seus níveis de energia assegurada, independentemente dos níveis reais de produção. Se, após a etapa acima ter sido cumprida, todos os membros do MRE atingirem seus níveis de garantias físicas e ainda houver saldo de energia produzida, o adicional da geração, designado “Energia Secundária”, é alocado proporcionalmente entre os geradores.

Da mesma forma, quando a geração de energia for inferior à garantia física total das usinas do SIN, tal déficit também é rateado, proporcionalmente, entre os participantes do MRE, através do Generation Scaling Factor (GSF), efeito este conhecido como “Rebaixamento” da garantia física no MRE, podendo resultar em exposições ao mercado de energia de curto prazo ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Nas situações acima também pode ocorrer da alocação de energia no MRE se dar em um submercado distinto daquele onde a energia é gerada, o que pode ou não criar exposições à diferença entre o PLD dos submercados onde a usina se localiza e onde a energia é alocada. Tais exposições, sejam positivas ou negativas, estão sujeitas a um mecanismo de alívio financeiro e podem ser reduzidas ou eliminadas, dependendo da contabilização de curto prazo do mês em que se configurem.

Anualmente, no mês de dezembro, a Aneel estabelece os limites máximos e mínimos do PLD que vigorarão durante o ano seguinte. Em 28 de novembro de 2014, após Audiência Pública, a Aneel publicou a Resolução Homologatória nº. 1.832/2014, que estabeleceu uma nova metodologia para cálculo dos limites máximo e mínimo do PLD. Tal resolução estabelece que o PLD mínimo deve cobrir os custos necessários para manter e operar os empreendimentos hidrelétricos, os encargos e o CFURH. Dessa forma, o PLD mínimo foi estabelecido em R\$ 30,26/MWh, com base nos custos de operação das usinas cotistas de R\$ 24,58/MWh, adicionado à CFURH de R\$ 5,68/MWh. O PLD máximo, foi estabelecido em R\$ 388,48/MWh com base no Custo Variável Unitário (CVU) da usina termelétrica a gás natural Mário Lago, determinada como térmica de referência.

Notas Explicativas

Desde o final de 2013, a geração das usinas hidrelétricas participantes do MRE tem sido menor que as suas respectivas Garantias Físicas, resultando em GSF menor do que 1, que indica o nível de rebaixamento das Garantias Físicas para efeito da contabilização do mercado de curto prazo, em geral relacionado à hidrologia adversa e PLD elevado, implicando em significativo impacto econômico.

Ao longo de 2015 é esperado que o Operador Nacional do Sistema (ONS) mantenha a estratégia de preservação dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas, resultando em risco de exposição da Companhia ao mercado de curto prazo para cumprimento de suas obrigações contratuais.

A Associação dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE) obteve em 1 de junho de 2015, liminar favorável a todas as geradoras elétricas abarcadas pela associação, entre elas a Companhia, que impede que o rebaixamento hidrelétrico (GSF) seja alocado aos geradores detentores da liminar nas próximas liquidações financeiras da CCEE.

No entanto, o Ministério de Minas e Energia (MME) em 18 de agosto de 2015 publicou a medida provisória nº 688/2015 (MP 688/2015) dispondo sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos geradores hidrelétricos. Em linhas gerais, existirão duas possibilidades para a elegibilidade do gerador com base no seu ambiente de contratação de energia, ACL (Ambiente de Contratação Livre) ou ACR (Ambiente de Contratação Regulada). Em ambos os casos, é necessária a desistência dos geradores nas ações judiciais para assim requererem a repactuação do risco hidrológico.

Sendo assim, a ANEEL através da audiência pública nº 32/2015 (AP032) vem obtendo subsídios para regulamentar os critérios de anuência e repactuação do risco hidrológico de usinas hidrelétricas participantes do MRE nos termos da MP 688/2015. A Companhia vem contribuindo através da AP032 de modo que a repactuação do risco hidrológico seja atrativa. A Companhia ainda está esperando a posição final da ANEEL quanto aos critérios para repactuação para decidir sobre uma possível adesão.

(c.3) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

O Governo Federal poderá implementar alterações no regime fiscal que afetam a Companhia. Estas alterações podem incluir desde mudanças nas alíquotas até a cobrança de tributos temporários ou permanentes, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu

Notas Explicativas

negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade.

(c.4) Risco de instabilidade cambial e econômica

Instabilidade econômica

Os resultados operacionais da Companhia são afetados pelo nível de atividade econômica no Brasil e no mundo. Uma diminuição da atividade econômica brasileira e mundial tipicamente resulta em redução dos eventos produtivos que, por sua vez, podem implicar na redução das atividades da Companhia. A desaceleração do crescimento do PIB brasileiro e mundial pode afetar os resultados operacionais da Companhia adversamente. A diminuição da atividade econômica resulta em redução dos eventos produtivos que podem por sua vez implicar na redução do consumo de energia, na redução da liquidez dos mercados de energia e na redução dos projetos de expansão para contratação de energia nova.

Instabilidade cambial

Eventuais medidas futuras do governo brasileiro, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido constantes variações com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo brasileiro implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo.

A desvalorização do Real em relação ao dólar pode criar pressão inflacionária adicional no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente a Companhia.

(c.5) Risco de meio ambiente

A instalação e operação de empreendimentos voltados à atividade de geração de energia elétrica, tais como as usinas hidrelétricas, utilizam recursos naturais e podem causar impactos ambientais.

A legislação ambiental brasileira em vigor estabelece padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores a sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais. A Companhia mantém o certificado do Sistema de

Notas Explicativas

Gestão Ambiental em ISO 14001, com vistas a mitigar os impactos ambientais de suas atividades, potencializar o cumprimento da legislação ambiental e incentivar a melhoria contínua de seus processos de controle. Além disso, todas as usinas possuem licenças ambientais de operação válidas, emitidas pelos órgãos ambientais competentes.

(c.6) Risco de obrigação de expansão

A Companhia possui uma obrigação, prevista em seu Edital de Privatização e Contrato de Compra e Venda de Ações, de expandir a capacidade instalada do seu sistema de geração, dentro do Estado de São Paulo, em pelo menos 15% (398 MW) no período de oito anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, cujo descumprimento poderá acarretar advertência, e/ou suspensão da participação da Companhia em licitações estaduais e, ainda, ação judicial como a movida pelo Governo do Estado de São Paulo. O detalhamento das ações judiciais relacionadas à obrigação de expansão está divulgado na nota explicativa nº 1.

25. Seguros

Em 30 de setembro de 2015, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	01/04/2015	31/12/2015	2.400.000
Vida em grupo	01/01/2015	01/01/2016	25 X salário, com o máximo de R\$ 1.300
Responsabilidade Civil Geral	01/04/2015	01/04/2016	30.000
Frota veículos - RCF	01/04/2015	01/04/2016	RCFV Garantia única R\$ 1.000
Riscos ambientais	01/04/2015	01/04/2016	10.000
Responsabilidade civil de administradores- D&O	01/04/2015	01/04/2016	100.000

O seguro de frota de veículos – RCF - é contratado individualmente pela Companhia. Para os demais seguros, a importância segurada é compartilhada com outras empresas do Grupo AES Brasil (co-seguradas). O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento a base de critério do rateio.

26. Compromissos e garantias

A Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, e contratos de conexão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL. A Companhia possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL.

Notas Explicativas

A Companhia também possui contratos de compra de energia.

A Companhia não possui garantias e utilização de limites de crédito financeiro em 30 de setembro de 2015.

27. Proposta de reorganização societária

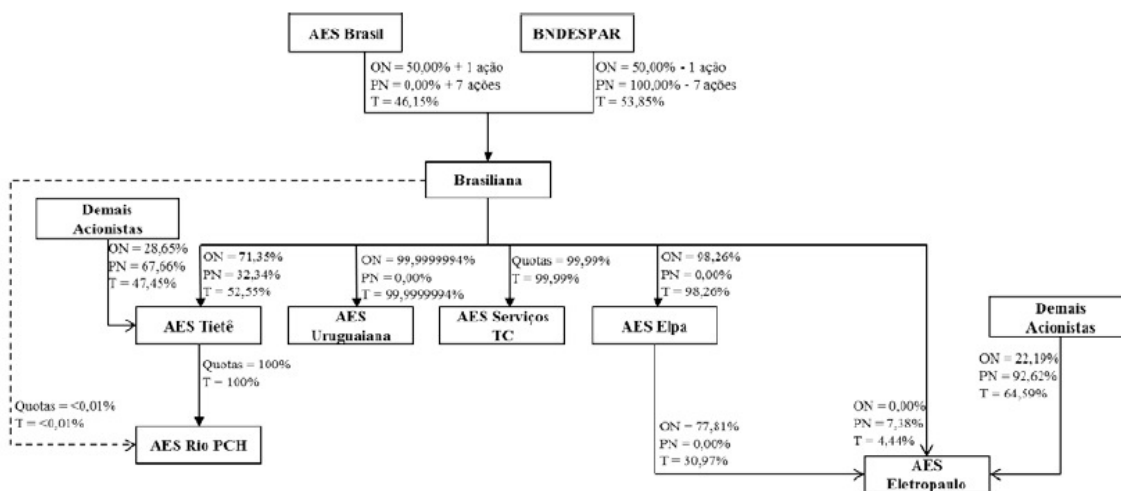
Conforme fato relevante divulgado em 03 de junho de 2015, tornou-se pública a proposta de reorganização societária formalizada por meio do Acordo de Reestruturação assinado na mesma data entre a AES Holdings Brasil Ltda. e o BNDESPAR. Esta reorganização envolverá a Companhia e as sociedades direta e indiretamente controladas pela Brasileira (“Reorganização”), a qual deve ser submetida aos órgãos societários competentes das Companhias, bem como à aprovação das autoridades reguladoras, conforme aplicável. A Reorganização dar-se-á por meio da cisão parcial da controladora Brasileira e versão do acervo cindido para a Brasileira Participações S.A. (“Brasileira Participações”). A controladora Brasileira deterá diretamente o controle exclusivo da Companhia e a Brasileira Participações deterá o controle, direta ou indiretamente, de todas as demais empresas (Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo, AES Elpa S.A., AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. e AES Serviços TC Ltda.) (“Participações – Acervo Cindido”). Em etapa subsequente, a Companhia será incorporada pela Brasileira, sendo esta última a entidade legal remanescente e cuja denominação social será renomeada para AES Tietê Energia S.A. (“AES Tietê Energia”). Por fim, a AES Tietê Energia deverá aderir ao Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. e seus valores mobiliários serão negociados por meio de Units, sendo cada Unit formada por 4 (quatro) ações preferenciais e 1 (uma) ação ordinária. As ações preferenciais e ordinárias da AES Tietê Energia terão direitos econômicos equivalentes.

A Reorganização tem como principais objetivos: i) Fortalecer a AES Tietê Energia como plataforma de crescimento exclusiva da AES Brasil em geração de energia elétrica no Brasil; ii) Simplificar o processo de tomada de decisões da AES Tietê Energia, por meio de um novo acordo de acionistas; iii) Implementar maiores níveis de governança corporativa na AES Tietê Energia, que deverá aderir ao Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A., resultando no direito de todas as ações (preferenciais e ordinárias) serem incluídas, em condições de igualdade, em caso de uma oferta pública (“tag along”) decorrente de alienação de controle prevista no artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações; e, iv) Potencializar o atual nível de liquidez das ações da AES Tietê Energia por meio da consolidação da negociação dos valores mobiliários em Units.

Notas Explicativas

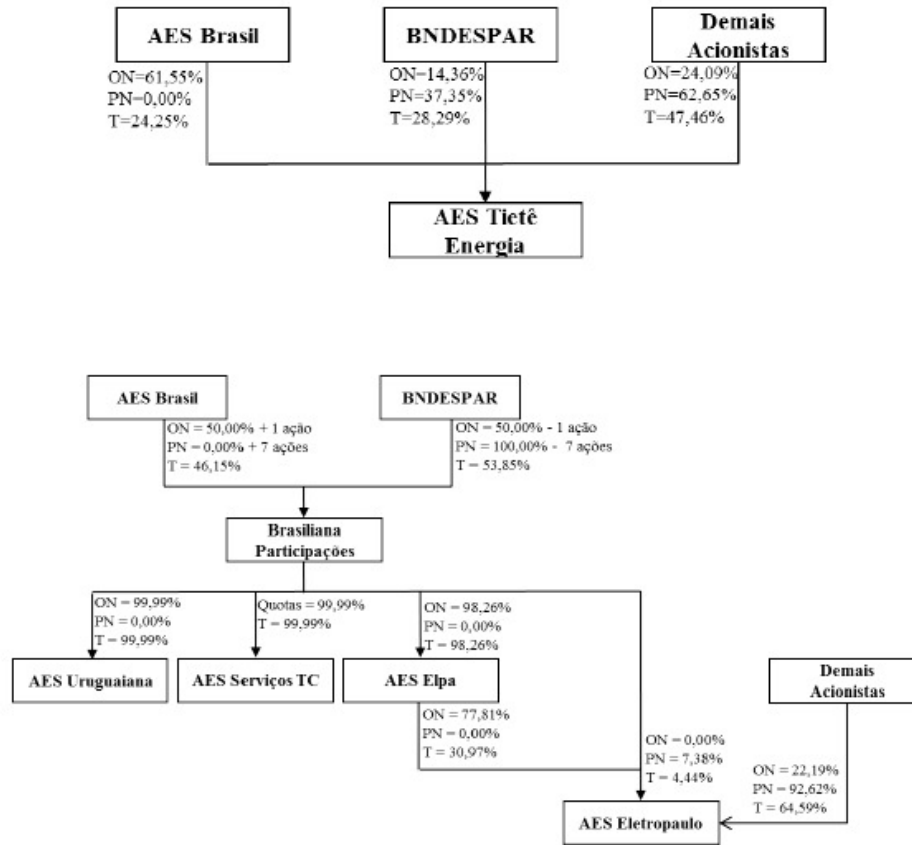
A Reorganização não implicará a alteração do acionista controlador da Brasileira Participações e da AES Tietê Energia, o qual continuará sendo a AES Holdings Brasil Ltda. (“AES Brasil”). Após a Reorganização, a AES Brasil manterá a sua participação inalterada no capital social total de ambas as empresas, Brasileira Participações e AES Tietê Energia, sendo que, nesta última, passará a ser detentora apenas de ações ordinárias, correspondentes a 61,55% do capital social votante e 24,25% do capital total da AES Tietê Energia. Após a Reorganização, a BNDESPAR também manterá a sua participação inalterada no capital social total de ambas as empresas, sendo que, na AES Tietê Energia, passará a ser detentora de 14,36% do capital social votante e 37,35% das ações preferenciais, na forma de units. Assim, a estrutura societária atual e após a operação pode ser demonstrada conforme abaixo:

(i) Composição Societária Atual:



Notas Explicativas

(ii) Composição Societária Após a Reorganização:



Uma das etapas da reorganização societária consiste na incorporação da controlada AES Rio PCH pela Companhia, com consequente extinção desta e sucessão em todos os direitos e obrigações pela Companhia. Não haverá qualquer aumento de capital em decorrência dessa Incorporação.

Os efeitos da reestruturação ficam sujeitos a: (i) à Aprovação ANEEL; (ii) ao decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Brasiliana que aprovar a redução de capital para oposição dos credores; (iii) à aprovação de todos os passos da Reorganização pelas Assembleias Gerais da Brasiliana e da Companhia; (iv) à observância das leis norte americanas de valores mobiliários naquilo que for aplicável à Reorganização; e (v) à ratificação da Incorporação da Companhia pelo Conselho de Administração da Brasiliana, nos termos do § 3º do Artigo 137 da Lei 6.404/76 no que diz respeito ao exercício do direito de retirada. Dessa forma, todas as operações aqui descritas passam a ser efetivas no mesmo momento.

Notas Explicativas

Em 25 de agosto de 2015 a ANEEL aprovou, em reunião de diretoria, a proposta de reorganização societária envolvendo a Companhia, a Controladora Brasileira e as sociedades direta e indiretamente controladas pela Brasileira.

Em 18 de setembro de 2015, ocorreram os seguintes atos societários:

- O Conselho de Administração da AES Tiete aprovou submeter aos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária, o Instrumento de Justificação e Protocolo de Incorporação (“Protocolo de Incorporação”) da AES Brazilian Energy Holdings Ltda e da controlada AES Rio PCH Ltda, que estabelece os principais termos e condições da proposta de incorporação da AES Brazilian Energy e da incorporação da controlada AES Rio PCH pela AES Tiete, com a consequente extinção das Incorporadas, as quais estão inseridas no âmbito da Reorganização.

- O Conselho de Administração da Brasileira aprovou submeter aos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária, o Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Companhia Brasileira de Energia com Incorporação do Acervo Cindido pela Brasileira Participações S.A., celebrado entre as administrações da Brasileira e da Brasileira Participações S.A., que estabelece os termos e condições da proposta de cisão parcial da Companhia com versão da parcela cindida de seu patrimônio para a Brasileira Participações, a qual está inserida no âmbito da Reorganização.

- O Conselho de Administração da Brasileira aprovou submeter aos acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária, a proposta de redução de capital da Brasileira sem modificação do número de ações, com cessão à AES AHB e BNDESPAR, na proporção da participação por cada uma delas detida no capital social da Brasileira do direito de capitalização de reserva de ágio e ágios reflexos representativos do custo do investimento na Companhia registrados na Brasileira.

- Os Conselhos de Administração da Brasileira e da Companhia aprovaram submeter a seus acionistas, em Assembleias Gerais Extraordinárias das Companhias, o Instrumento de Justificação e Protocolo de Incorporação, que estabelece os principais termos e condições da proposta de incorporação da companhia pela Companhia Brasileira, com a consequente extinção da Companhia, a qual está inserida no âmbito da Reorganização. Simultaneamente à Incorporação, a Companhia Brasileira terá sua denominação alterada para AES Tietê Energia S.A.

- A Companhia obteve anuência prévia para a realização da incorporação da Companhia pela Controladora Brasileira, válidas até 31 de março de 2016, em Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª e 3ª emissão de debêntures.

Os efeitos de todas as operações estão sujeitos a condições específicas. Ocorrendo as condições suspensivas, todos os eventos e deliberações serão considerados ineficazes, retornando as Companhias, seus acionistas e suas controladas diretas ou indiretas ao

Notas Explicativas

estado em que estavam anteriormente, independentemente de outras ações ou aprovações.

A Companhia estima que a Reorganização proposta seja concluída entre o final de 2015 e início de 2016.

28. Eventos subsequentes

Incorporação pela Companhia da AES Brazilian Energy Holdings Ltda. e da AES Rio PCH Ltda

Em assembleia geral extraordinária realizada em 26 de outubro de 2015, foi aprovada a incorporação pela Companhia da AES Brazilian Energy Holdings Ltda. e da AES Rio PCH Ltda.

Incorporação da Companhia pela Controladora Brasileira

Em assembleia geral extraordinária realizada em 26 de outubro de 2015, foi aprovada a incorporação da Companhia pela controladora Brasileira (a qual terá sua denominação alterada para AES Tietê Energia S.A. após a verificação das condições suspensivas), bem como instituição de um programa de emissão de certificados de depósitos de ações da controladora Brasileira para a formação de units e migração da controladora Brasileira (a ser denominada AES Tietê Energia S.A.) para o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).

A reorganização societária em questão foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 5.433, de 25 de agosto de 2015, e as anuências dos credores necessárias já foram obtidas. Assim, os passos acima mencionados tornar-se-ão efetivos no último dia do mês em que a última das condições suspensivas for implementada, sujeito à aprovação da BM&FBOVESPA dos pedidos de admissão à negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia Brasileira (a ser denominada AES Tietê Energia S.A.).

A eficácia das incorporações mencionadas acima, bem como dos demais passos da reorganização societária na qual a incorporação da Companhia está inserida, e seus respectivos efeitos estão sujeitos: (i) ao decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da publicação da ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Brasileira (a ser denominada AES Tietê Energia S.A.) realizada no dia 26 de outubro de 2015 para aprovar a redução de capital da Companhia Brasileira para oposição dos credores nos jornais usualmente utilizados pela Companhia Brasileira; (ii) à aprovação de todos os passos da reorganização societária pelas Assembleias Gerais da Companhia Brasileira (a ser denominada AES Tietê Energia S.A.) e da Companhia; (iii) à observância das leis norte americanas de valores mobiliários

Notas Explicativas

naquilo que for aplicável à reorganização societária; e (iv) à ratificação da incorporação da Companhia pelo Conselho de Administração da Companhia Brasileira (a ser denominada AES Tietê Energia S.A.), nos termos do § 3º do Artigo 137 da Lei das S.A. no que diz respeito ao exercício do direito de retirada dos acionistas da Companhia. A reorganização societária em questão foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica, conforme Resolução Autorizativa nº 5.433, de 25 de agosto de 2015, e as anuências dos credores necessárias já foram obtidas.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o comportamento das Projeções Empresariais

a.) Objeto da projeção

1 - Investimentos

A Companhia informa os montantes de investimentos divididos em investimentos e juros capitalizados.

2 - Compra de energia no mercado de curto prazo:

A Companhia informa sua estimativa para o percentual médio anual de rebaixamento da energia assegurada.

3 - Programa de Redução dos Custos Gerenciáveis

A Companhia informa sua estimativa para redução de custos gerenciais, buscando ganhos de eficiência e melhorias na gestão de seus custos.

b.) Período projetado e o prazo de validade da projeção

1 - Investimentos

A Companhia divulga suas projeções de investimentos anuais, para o período de cinco anos incluído o exercício social corrente, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

2- Compra de energia no mercado de curto prazo

Projeções de percentual médio anual de rebaixamento da energia assegurada para o ano corrente, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por novas projeções.

3 - Programa de Redução dos Custos Gerenciáveis

Estimativa quanto ao resultado do seu Programa de Redução de Custos válida para o ano corrente, podendo ser reavaliada trimestralmente, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c.) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

1 - Investimentos

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Cronograma de manutenções das unidades geradoras;

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

- Diagnósticos de equipamentos;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

2- Compra de energia no mercado de curto prazo

As projeções de exposição da Companhia ao mercado de curto prazo em 2015 se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Despacho térmico médio de 14-16 GWm;
- Sazonalização das usinas participantes do MRE;
- Sazonalização da garantia física e contratos da Companhia;
- Preço de liquidação das diferenças (PLD) médio de R\$ 290/MWh para o ano de 2015;
- Retração da carga em relação a 2014 na faixa de 2,0% a 2,5%; e,
- Intercâmbio entre subsistemas e manutenção da geração intermitente.

3 - Redução dos Custos Gerenciáveis

As projeções para o Programa de Redução de Custos Gerenciáveis de 2015 estão diretamente relacionadas aos resultados estimados para as iniciativas descritas a seguir:

- Melhorias nos processos de operação e manutenção das usinas e eclusas da Companhia;
- Internalização dos processos de gestão dos reservatórios; e
- Reavaliação dos custos administrativos, através da redução do grupo serviços de terceiros.

Essas projeções refletem somente a percepção da administração da AES Tietê sobre o futuro de seus negócios, considerando, principalmente, os seguintes fatores: (i) o desempenho da economia nacional e internacional; (ii) as condições de mercado e do setor de energia elétrica em geral, inclusive as condições hidrológicas do país; (iii) a regulamentação do setor elétrico e legislação ambiental vigentes; e (iv) fatores operacionais.

Todas as premissas indicadas acima no item “c” estão sujeitas a mudanças, riscos e incertezas, que fogem ao controle da administração da AES Tietê. Qualquer alteração na percepção ou nos fatores acima descritos pode fazer com que os resultados concretos divirjam das projeções efetuadas. Em caso de alteração relevante nestes fatores, as projeções deverão ser revisadas.

d.) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

1 - Investimentos

Os valores projetados para período de cinco anos, incluído o exercício social corrente, encontram-se nas tabelas a seguir:

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

R\$ MM –	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Investimentos estimados						2015-2019
Investimentos	142,9	67,3	86,2	60,6	59,9	416,9
Juros Capitalizados	12,3	12,4	14,2	15,2	16,4	70,5
Total	155,2	79,6	100,4	75,8	76,4	487,4

2- Compra de energia no mercado de curto prazo

O rebaixamento médio anual estimado de 15% a 17%, o perfil de sazonalização da garantia física e contratos aplicada para 2015 e o desempenho no MRE resultaria em um impacto no Ebitda relativo a esta exposição entre R\$ 570 milhões a R\$ 630 milhões.

3 - Revisão dos Custos Gerenciáveis

Conforme divulgado no Formulário de Referência da Companhia, espera-se atingir em 2015, por meio do Programa de redução de Custos Gerenciáveis, crescimento zero dos custos gerenciáveis¹, em termos nominais, quando comparado ao patamar verificado em 2014, no valor de R\$ 186 milhões.

e.) Acompanhamento dos valores dos indicadores que são objeto da previsão

1 – Investimentos

Encerrado o primeiro, segundo e terceiro trimestre do ano de 2015, a Companhia não revisou os valores projetados para o período de cinco anos a contar do exercício social corrente (conforme tabela do item d).

2- Compra de energia no mercado de curto prazo

Atualização 1T15

Encerrado o primeiro trimestre de 2015 e considerando a performance da hidrologia, a Companhia revisou sua projeção de impacto de compra de energia no mercado de curto prazo. Um comparativo da projeção atualizada no 1T15 versus o estimado no 4T14, está detalhado na Tabela a seguir.

Atualização 2T15

Encerrado o segundo trimestre de 2015 e considerando a performance da hidrologia no período, a redução da carga verificada e perspectivas para a economia Brasileira, a Companhia revisou sua projeção de

¹ Excluiu-se do conceito de custos gerenciais itens não recorrentes e considerados não gerenciáveis pela administração da Companhia, como: compra e venda de energia, taxas, compensações financeiras e encargos setoriais, custos com transmissão e distribuição de energia elétrica, ressarcimento de seguros, normalização de manutenções bianuais das eclusas da Companhia, custos com entidade de previdência Privada, provisões operacionais e contingências, ganhos e perdas com venda e avaliação de ativos, dentre outros efeitos não recorrentes.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

impacto de compra de energia no mercado de curto prazo. Um comparativo da projeção atualizada no 2T15 versus o estimado no 4T14 e 1T15, está detalhado na Tabela a seguir.

Atualização 3T15

Encerrado o terceiro trimestre de 2015 e considerando a performance da hidrologia no período, a redução da carga verificada e perspectivas para a economia Brasileira, a Companhia revisou sua projeção de impacto de compra de energia no mercado de curto prazo. Um comparativo da projeção atualizada no 3T15 versus o estimado no 4T14, 1T15 e 2T15, está detalhado na Tabela a seguir.

Premissas	Estimado 2015	Revisão 1T15	Revisão 2T15	Revisão 3T15
Impacto negativo Ebitda	R\$ 590 milhões a R\$ 680 milhões	R\$ 750 milhões a R\$ 840 milhões	R\$ 730 milhões a 810 milhões	R\$ 570 milhões a R\$ 630 milhões
Rebaixamento médio anual	15% - 17%	17% - 19%	17% - 19%	15% - 17%
PLD médio	R\$ 388/MWh	R\$ 388/MWh	R\$ 371/MWh	R\$ 290/MWh
ENA 2015	78% da MLT	78% da MLT	76% da MLT	85% da MLT
Carga 2015	+0,5%	-0,5% a -1%	-1,5% a -2,0%	-2,0% a -2,5%
Despacho Térmico médio	16GWm-17GWm	16GWm-17GWm	15GWm- 16GWm	14GWm-16GWm

3 – Redução dos Custos Gerenciáveis

Encerrado o primeiro, segundo e terceiro trimestre do ano de 2015, a Companhia não revisou a projeção de redução de custos gerenciáveis para o ano de 2015.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da AES Tietê S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas da AES Tietê S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado – DVA, individual e consolidada, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2014 e a revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, relativas aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, preparados originalmente antes das reclassificações, descritas na nota 2.2, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria e relatório de revisão sem modificações, com data de 09 de fevereiro de 2015 e 27 de outubro de 2014, respectivamente. Como parte da nossa revisão das informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 30 de setembro de 2015, revisamos as reclassificações nos valores correspondentes nas demonstrações do resultado, individual e consolidada, relativas aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2014, e não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que tais reclassificações não foram efetuadas, em todos os aspectos relevantes, de forma apropriada. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e sobre as demais informações contábeis intermediárias referentes ao período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2014 e, portanto, não expressamos opinião, ou qualquer forma de asseguuração, sobre elas tomados em conjunto.

São Paulo, 28 de outubro de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-6

Marcos Antonio Quintanilha - Contador CRC-1SP132776/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.998.609/0001-27, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº. 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2015.

Barueri, 28 de outubro de 2015.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares

Diretor Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor de Assuntos Legais

Paulo Camillo Vargas Penna

Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Vice-Presidente e de Geração

Francisco Jose Morandi Lopez

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da AES TIETÊ S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.998.609/0001-27, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº. 939, 6º andar, parte I, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia referentes ao terceiro trimestre do exercício social de 2015.

Barueri, 28 de outubro de 2015.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares

Diretor Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira

Diretor de Assuntos Legais

Paulo Camillo Vargas Penna

Diretor de Relações Institucionais, Comunicação e Sustentabilidade

Italo Tadeu de Carvalho Freitas Filho

Diretor Vice-Presidente e de Geração

Francisco Jose Morandi Lopez

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ricardo de Abreu Sampaio Cyrino

Diretor de Desenvolvimento de Negócios